

# **INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES**

**CURSO DE ESTADO MAIOR 2001 – 2003**



**TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO**

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES MILITARES.  
CONTRIBUTOS PARA A SUA REESTRUTURAÇÃO E  
OPERACIONALIDADE.**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA  
RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO  
ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.**

**PAULO JOSÉ DE SOUSA TELES SERRA PEDRO**  
Maj Inf Para

**Resumo / Abstract**

O presente trabalho tem como objecto as Informações Militares em Portugal. A primeira parte consistiu em efectuar um levantamento da situação actual; seguiu-se uma análise do sistema de Informações Militares, no sentido de se averiguar a forma de funcionamento do mesmo como instrumento das forças armadas. Concluímos o trabalho com a identificação de algumas disfunções e contributos para a sua resolução, como forma de melhorar o sistema.

*The aim of this work is the study of Military Intelligence in Portugal. It was made an investigation on the current situation. Afterwards, a review was made on the efficacy and appropriateness of military intelligence system as a support of the armed forces. In closing, we identify several issues and on those that call for changes we made recommendations in order to improve the system.*

Instituto de Altos Estudos Militares, 5 de Dezembro de 2002

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>ACINT</b>	Acoustic Intelligence – resulta da pesquisa e análise de fenómenos acústicos
<b>AFMBw</b>	Agência de Monitorização Rádio das Forças Armadas da Federais (Sistema de Informações Alemão)
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>ANACOM</b>	Autoridade Nacional de Comunicações
<b>ANBw</b>	Agência de Informações das Forças Armadas Federais (Sistema de Informações Alemão)
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>BfV</b>	Agência Federal para a Protecção da Constituição (Sistema de Informações Alemão)
<b>BIGE</b>	Brigada de Informações e GE (Exército Francês)
<b>BISM</b>	Batalhão de Informações e Segurança Militares
<b>BND</b>	Serviço de Informações Federal (Sistema de Informações Alemão)
<b>BSI</b>	Agência Federal para a Segurança das Tecnologias de Informação (Sistema de Informações Alemão)
<b>BVD</b>	Agência de Informações e Segurança Nacional (Sistema de Informações Holandês)
<b>CAM</b>	Centro de Apoio a Missões
<b>CC</b>	Conselho Consultivo
<b>CEME</b>	Chefe do Estado-Maior do Exército
<b>CENDOP</b>	Centro Dados Operacionais
<b>CENGE</b>	Centro de Guerra Electrónica
<b>CESID</b>	Centro Superior de Informações de Defesa (Sistema de Informações Espanhol)
<b>CFCD</b>	Comissão de Fiscalização dos Centros de Dados
<b>CInfo</b>	Contra Informação
<b>Cmdt</b>	Comandante

<b>CN</b>	Comando Naval
<b>CNI</b>	Centro Nacional de Inteligência (Novo sistema de informações Espanhol)
<b>COFA</b>	Comando Operacional da Força Aérea
<b>COFAR</b>	Centro de Operações das Forças Armadas
<b>COFT</b>	Comando Operacional das Forças Terrestres
<b>Cor</b>	Coronel
<b>CRP</b>	Constituição da Republica Portuguesa
<b>CSI</b>	Conselho Superior de Informações
<b>CT</b>	Comissão Técnica
<b>DCRG</b>	Direcção Central das Informações Gerais (Sistema de Informações Francês)
<b>DGIA</b>	Agência de Informações de Imagem e Geografia de Defesa (Sistema de Informações Britânico)
<b>DGS</b>	Direcção Geral de Segurança
<b>DGSE</b>	Direcção Geral da Segurança Externa (Sistema de Informações Francês)
<b>DIAS</b>	Estado-Maior de Análise de Informações de Defesa (Sistema de Informações Britânico)
<b>DIM</b>	Divisão de Informações Militares do EME
<b>DIMIL</b>	Divisão de Informações do Estado-Maior General das Forças Armadas (Reorganização de 1993)
<b>DINFO</b>	Divisão de Informações do Estado-Maior General das Forças Armadas (Reorganização de 1976)
<b>DISC</b>	Centro de Informações e Segurança de Defesa (Sistema de Informações Britânico)
<b>DNI</b>	Departamento Nacional de Informações
<b>DPSD</b>	Direcção de Protecção e Segurança da Defesa (Sistema de Informações Francês)
<b>DRM</b>	Direcção de Informações Militares (Sistema de Informações Francês)
<b>DST</b>	Direcção de Vigilância do Território (Sistema de Informações Francês)
<b>EIREL</b>	Escola Interarmas de Informações e Estudos Linguísticos (Sistema de Informações Francês)

<b>EMA</b>	Estado-Maior da Armada
<b>EME</b>	Estado-Maior do Exército
<b>EMFA</b>	Estado-Maior da Força Aérea
<b>EMGFA</b>	Estado-Maior General das Forças Armadas
<b>ESE</b>	Escola de Sargentos
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>GCHQ</b>	Quartel-General de Comunicações Governamentais (Sistema de Informações Britânico)
<b>GCI</b>	Gabinete Coordenador de Informações
<b>GCS</b>	Gabinete Coordenador de Segurança
<b>Gen</b>	General
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republica
<b>HUMINT</b>	Human Intelligence – Informações obtidas por meios humanos (agentes no terreno)
<b>IAEM</b>	Instituto de Altos Estudos Militares
<b>IDN</b>	Instituto de Defesa Nacional
<b>IGE</b>	Instituto Geográfico do Exército
<b>IMINT</b>	Imagery Intelligence – Informações obtidas através de imagem produzida por sistema do tipo satélites, radares, etc.)
<b>IN</b>	Inimigo
<b>INAC</b>	Instituto Nacional da Aviação Civil
<b>Info</b>	Informações
<b>InfoMil</b>	Informações Militares
<b>JARIC</b>	Centro de Informações e Reconhecimento Aéreo Conjunto (Sistema de Informações Britânico)
<b>LDNFA</b>	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
<b>LfV</b>	Agência Estadual para a protecção da Constituição (Sistema de Informações Alemão)
<b>LOBOFA</b>	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

<b>LSI</b>	Lei do Segurança Interna
<b>MA</b>	Modalidade de Acção
<b>MAD</b>	Serviço de Segurança Militar (Sistema de Informações Alemão)
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>MASINT</b>	Measurement and Signature Intelligence – Informações obtidas através de medições e análise da assinatura electromagnética, térmica ou outra.
<b>MDN</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>MES</b>	Ministério do Equipamento Social
<b>MGen</b>	Major General
<b>MI5 ou SS</b>	Serviço de Segurança (Sistema de Informações Britânico)
<b>MI6</b>	Serviço de Informações Secretas (Sistema de Informações Britânico)
<b>MID</b>	Agência de Informações Militares (Sistema de Informações Holandês)
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MNE</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>MSDA</b>	Agência de Defesa e Pesquisa Geográfica Militar (Sistema de Informações Britânico)
<b>OCS</b>	Órgãos de Comunicação Social
<b>OSCE</b>	Organização de Segurança e Cooperação na Europa
<b>OSINT</b>	Open Source Intelligence – Informações obtidas por fontes como jornais, revistas, folhetos, Internet, televisão, artigos, livros, etc. (não encobertas).
<b>OTAN/NATO</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>PGR</b>	Procuradoria-Geral da República
<b>PIDE</b>	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>PKK</b>	Comissão de Controlo Parlamentar para os Serviços de Informações (Sistema de Informações Alemão)
<b>PM</b>	Primeiro Ministro
<b>PR</b>	Presidente da República
<b>PREC</b>	Processo Revolucionário em Curso
<b>PSIS</b>	Comité de Secretários Permanentes para os Serviços de Informações (Sistema

	de Informações Britânico)
<b>PSO</b>	Peace Support Operations – Operações de Apoio à Paz
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Policia
<b>RADINT</b>	Radar Intelligence – Utilizadas em associação com a análise técnica das emissões e a pesquisa de notícias para produção de informações utilizando o radar.
<b>RPV</b>	Remote piloted vehicle – Veículo Controlo Remoto
<b>SAA</b>	Sistema de Autoridade Aeronáutica
<b>SAM</b>	Sistema de Autoridade Marítima
<b>SCCI</b>	Serviço de Centralização e Coordenação de Informações
<b>SCSSI</b>	Serviço Central de Segurança dos Sistemas de Informação (Sistema de Informações Francês)
<b>SDCI</b>	Serviço Director e Coordenador de Informações
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SEGNAC</b>	Instruções para a Segurança Nacional – Conjunto de 4 Resoluções do Conselho de Ministros sobre segurança de materiais, pessoas, documentos, comunicações, etc. (SEGNAC 1, SEGNAC 2, SEGNAC 3, SEGNAC 4)
<b>SGDN</b>	Secretariado-Geral de Defesa Nacional (Sistema de Informações Francês)
<b>SI</b>	Sistema de Informações
<b>SIE</b>	Sistema de Informações Estratégicas (não existente)
<b>SIED</b>	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
<b>SIEDM</b>	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares
<b>SIGINT</b>	Signal Intelligence - Informações obtidas por Sinais (Electromagnéticos, etc.)
<b>SIM</b>	Serviço de Informações Militares
<b>SIN</b>	Sistema de Informações Nacionais
<b>SIR</b>	Sistema de Informações da República
<b>SIRP</b>	Sistema de Informações da República Portuguesa
<b>SIS</b>	Serviço de Informações de Segurança
<b>SS ou MI5</b>	Serviço de Segurança (Sistema de Informações Britânico)
<b>STANAG</b>	Standard Agreement

<b>svc</b>	Serviço
<b>TCor</b>	Tenente Coronel
<b>TECHINT</b>	Technical Intelligence - Informações obtidas através de meios tecnológicos em geral
<b>TGen</b>	Tenente General
<b>UAV</b>	Unmanned Aircraft vehicle – Aeronave não Pilotada
<b>UEO</b>	União da Europa Ocidental
<b>USA</b>	United States of America – Estados Unidos da América
<b>VCEME</b>	Vice-chefe do Estado-Maior do Exército



*“Aquele que enfrenta o Inimigo por muitos anos esforçando-se por alcançar a vitória numa batalha decisiva mas que, por ser avaro em postos, em honras e de algumas centenas de peças de ouro, se mantenha ignorante da situação do Inimigo, é completamente destituído de humanidade. Tal homem não é General; não apoia o seu Soberano; não é senhor da vitória.”*

Sun Tzu in “A Arte da Guerra”

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
I. AS INFORMAÇÕES MILITARES .....	3
I. 1. Tipologia.....	3
I. 2. Objecto .....	8
I. 3. Importância.....	9
I. 4. Ameaças .....	10
II. AS INFORMAÇÕES MILITARES EM PORTUGAL .....	13
II. 1. Antecedentes.....	13
II. 2. A Actual Estrutura .....	19
III. MODELOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES MILITARES .....	29
III. 1. Alemão .....	29
III. 2. Britânico .....	30
III. 3. Espanhol .....	32
III. 4. Holandês .....	33
III. 5. Francês.....	34
IV. ANÁLISE .....	37
IV. 1. Necessidades do Sistema de Informações Militares.....	37
IV. 2. Modalidades de Acção.....	41
CONCLUSÕES .....	45
PROPOSTAS .....	48

### Anexos

Anexo A – Sistema de Informações da República Portuguesa

Anexo B – Reorganização do Sistema de Informações Militares DL nº48/93

Anexo C – Organograma da DIMIL

Anexo D – Ligações DIMIL com SIEDM e Ramos das FA

Anexo E – Proposta de Organograma da Companhia de InfoMil (RESERVADO)

### Bibliografia

## INTRODUÇÃO

*“Seja qual for a solução adoptada, há que reformar o Sistema de Informações das Forças Armadas (ou Sistema de Informações Militar, se assim se quiser designar).”*

MGen Marques Pinto in “As Informações na Idade da Informação”

O Exército e as Forças Armadas em geral, encontram-se fortemente debilitados na sua capacidade de pesquisa e processamento, sendo o primeiro elo do canal de informações com essas capacidades, o Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa Militar.

Não obstante, a necessidade de obtenção de informações operacionais e táticas tem tido ultimamente um incremento significativo, face ao emprego de Forças fora do território nacional, em missões de Apoio à Paz, na evacuação de nacionais e outras. Esta realidade tem provocado situações de alguma delicadeza, fundamentalmente na dificuldade em definir as principais ameaças e pelo desconhecimento dos territórios aonde são empregues as Forças.

Com este trabalho propomo-nos concluir sobre a necessidade de um Sistema de InfoMil com capacidade de aquisição, processamento e difusão de Informações que permitam o cumprimento com sucesso das missões atribuídas ao Exército e às FA. Ao longo do presente trabalho pretendemos ainda dar resposta às seguintes questões:

- A que nível deverá ser implementado o Serviço de Informações Militares, Exército (Ramos) ou FA?
- Qual a constituição do Sistema de Informações Militares?
- Qual a definição das suas atribuições de pesquisa?
- Haverá necessidade de formação específica dos militares que trabalhem nessa área?

Face às questões expostas, conduzimos a investigação com a seguinte metodologia:

- Consulta de Bibliografia diversa, como forma de obtenção do enquadramento conceptual relativamente ao tema;
- Consulta e análise de legislação no âmbito das Informações;
- Realização de entrevistas, a militares que exercem ou exerceram funções na área das Informações.

Tomando em consideração o exposto anteriormente, estruturámos o trabalho da seguinte forma:

- Capítulo 1, As Informações Militares, aonde é efectuado todo o enquadramento conceptual das InfoMil, definindo a sua Tipologia, Objecto, Importância e Ameaças, que considerámos essencial à compreensão do trabalho.
- Capítulo 2, As Informações Militares em Portugal, apresentando uma resumida retrospectiva das InfoMil em Portugal, procurando no entanto centrar-se na descrição do sistema actualmente em vigor.
- Capítulo 3, Modelos de Sistemas de Informações Militares, sendo apresentadas as estruturas adoptadas por alguns países estrangeiros, que servirão como referência a possíveis soluções para o caso Português.
- Capítulo 4, Análise, elaborada com base no trabalho apresentado, reflectindo sobre o Sistema de Informações Militares existente, comparando com modelos adoptados por países estrangeiros e identificando algumas disfunções. Levantam-se ainda modalidades de acção, cuja implementação se considera adequada às FA Portuguesas, analisando as suas vantagens e inconvenientes.
- Conclusões, onde procuraremos responder à questão central e derivadas, e a outras questões que se nos deparem durante a realização do trabalho.
- Propostas, da estrutura e medidas a adoptar pelo Sistema de Informações Militares, com vista ao aumento da sua operacionalidade.

Durante a investigação, em virtude das matérias pretendidas para elaboração do trabalho serem muitas delas classificadas, foram sentidas dificuldades acrescidas na obtenção dos dados necessários, não podendo requisitar ou fotocopiar os mesmos, tendo que os consultar apenas no local ou nalguns casos o acesso nos ter sido negado. Estas contingências transformaram-se num desafio adicional, que pensamos ter sido ultrapassado e não ter prejudicado o resultado final deste trabalho.

## I. AS INFORMAÇÕES MILITARES

*“Um exército sem agentes secretos é exactamente como um homem sem olhos ou ouvidos”*

Sun Tzu, in “A Arte da Guerra”

### I. 1. Tipologia

Com este sub-capítulo pretendemos apresentar os conceitos, processos e classificações adoptados por nós na elaboração deste trabalho, recorrendo para tal a manuais, livros e artigos de opinião. Com o esclarecimento dos significantes apresentados, os quais poderão sempre ser contestados, consideramos eliminadas as possíveis discussões da terminologia utilizada, as quais não produzem “luz” em nenhuma matéria.

Sendo assim, atribui-se o significado de “Notícia” a, *“qualquer facto, documento ou material susceptível de contribuir para um melhor conhecimento do inimigo actual ou potencial, ou da área de operações”*<sup>1</sup>. À Notícia é atribuída uma classificação<sup>2</sup> quanto ao grau de confiança, que se traduz na confiança na fonte; e quanto ao grau de verosimilhança, que se traduz na probabilidade da informação ser verdadeira quando confrontada com outras já existentes. Só posteriormente à classificação, é que a notícia é processada ou arquivada para uso posterior. Nos países de expressão inglesa, utiliza-se o termo “data”, ou seja traduzindo à letra dado.

A “Informação”, embora sendo-lhe atribuídos muitos significados, alguns deles erróneos, não é mais do que o conhecimento de certo assunto, o que pressupõe um certo trabalho de processamento e interpretação anterior. Militarmente, define-se “informação” como *“o conhecimento adquirido através da pesquisa, estudo e interpretação de todas as notícias disponíveis sobre determinado assunto,*

---

<sup>1</sup> Manual de Informações, EME, pg 6, que resulta da adaptação e tradução do “Intelligence Handbook” do United States Army Infantry School, de 30 de Dezembro de 1975.

<sup>2</sup> Manual de Informações, EME, pg 34.

*acontecimento ou região*”<sup>3</sup>. Para uma melhor compreensão e entendimento da palavra “informação”, na terminologia Anglo-Saxónica é utilizado o termo “information”.

Quanto à terminologia “Informações”, designa o saber e conhecimento que advém da integração e análise prospectiva de várias “informação”. As “informações” com o seu carácter integrador e prospectivo, “vão mais longe, procuram o que é propositadamente ocultado, explicam por que razão as coisas sucedem, como estão a evoluir e como podem projectar-se no futuro”<sup>4</sup>. Na língua inglesa é utilizado o termo “Intelligence” para designar “Informações”, sendo o termo “Inteligência” utilizado pela vizinha Espanha e pelo irmão Brasil. Face a isto existe a polémica de que deveria ser utilizado o termo “Inteligência” em vez de “Informações”, não se gerando assim a confusão de “Informações” serem o plural de “Informação”. Não obstante a concordância com esta posição, neste trabalho vai ser utilizado o termo “Informações”, visto ser a terminologia em uso no nosso Exército.

Quanto a outro conceito nesta área, a “Contra-Informação” é o *“conjunto de actividades que têm por finalidade identificar e neutralizar as ameaças à segurança, provocadas por SI hostis e organizações ou indivíduos envolvidos em actividades de espionagem e sabotagem, bem como actividades que tenham por fim encobrir as nossas vulnerabilidades e as nossas potencialidades”*<sup>5</sup>. Militarmente, *“Contra-Informação é a parte da actividade de Informações Militares relacionada com as medidas de segurança, activas e passivas, destinadas a salvaguardar as notícias, o pessoal, o material e as instalações contra as actividades de espionagem, sabotagem e subversão de países estrangeiros e de grupos ou indivíduos desafectos, que constituam ameaça à segurança nacional; incluindo a detecção de actos de traição, de sedição e desafeição entre o pessoal militar e o pessoal civil das FA, e a neutralização ou destruição das actividades hostis de informações e subversão”*<sup>6</sup>.

Todo o processo das Informações baseia-se na procura de respostas a várias necessidades de Informação, que integradas, analisadas e elaborado um estudo

---

<sup>3</sup> Manual de Informações, EME, pg 6.

<sup>4</sup> MGen Renato Marques Pinto, As Informações na Idade da Informação, pg. 288.

<sup>5</sup> SEGNAC 1, Anexo A.

prospectivo, são a razão de ser de um Svc de Info, que contribuirá com o seu produto para um Sistema de Informações. O SI é o “produtor” das Informações, sendo constituído por recursos humanos e materiais, os quais são regulados por procedimentos organizados, concorrendo assim para a produção de Info.

Os SI, iniciam a sua actividade, após os pedidos por parte dos “utilizadores” das necessidades, prazos de obtenção e prioridades de informações. A sua produção destina-se a utilizadores de diversos níveis, classificando-se em Estratégicas, Operacionais ou Táticas consoante o nível de utilização das mesmas. O processo utilizado nos diversos níveis, é idêntico qualquer que seja o nível e o tipo de informações a obter, sendo designado por ciclo de produção de informações. Este ciclo tem quatro passos<sup>7</sup>: Orientação do Esforço de Pesquisa, Pesquisa de Notícias, Processamento das Notícias e Exploração das Informações.

A Orientação do esforço de pesquisa é a primeira operação a ser efectuada, consistindo na determinação das informações necessárias, na atribuição de prioridades, na escolha dos órgãos de pesquisa e inclusive do tipo de fontes a serem usados.

A pesquisa de notícias, a segunda operação a ser efectuada, consiste na obtenção por parte dos órgãos de pesquisa das notícias requeridas. O tipo de pesquisa a efectuar está normalmente associado às capacidades dos próprios órgãos de pesquisa, sendo actualmente classificadas da forma seguinte:

- HUMINT (Human Intelligence) - Informações obtidas por elementos no terreno;
- SIGINT (Signal Intelligence) - Informações obtidas por interceptação de sinais, normalmente electromagnéticos que por sua vez se subdivide em : COMINT (Communications Intelligence) – Interceptação das emissões rádio, e ELINT (Electronic Intelligence) – Interceptação de sinais electromagnéticos que forneçam dados operacionais;
- IMINT (Imagery Intelligence) - Informações obtidas através de imagens, por meios fotográficos, electro-ópticos, radares, infravermelhos, sensores térmicos, satélites, RPV<sup>8</sup>, UAV<sup>9</sup> e outros meios de vigilância;

---

<sup>6</sup> Manual de Informações, EME, pg 45 (Adaptado).

<sup>7</sup> Manual de Informações, EME, pg 22.

<sup>8</sup> Remote Piloted Vehicle – Veículo com piloto remoto.

- OUTRAS CLASSIFICAÇÕES – ACINT (Acoustic Intelligence) – resulta da pesquisa e análise de fenómenos acústicos, MASINT (Measurement and Signature Intelligence) – Informações obtidas através de medições e análise da assinatura electromagnética, térmica ou outra, TECHINT (Technical Intelligence) – Informações obtidas através de meios tecnológicos em geral e RADINT (Radar Intelligence) – Utilizadas em associação com a análise técnica das emissões e a pesquisa de notícias, para produção de informações utilizando o radar.

Quanto às fontes a serem utilizadas, as informações classificam-se em:

- Abertas (OSINT – Open Source Intelligence) – Informações obtidas por fontes à disposição de qualquer entidade como jornais, revistas, folhetos, internet, televisão, artigos, livros, etc, podendo no entanto possuir um carácter falso (com ou sem intenção), o que provocará desinformação;
- Encobertas (documentos, dados e outros elementos que o oponente esconde).

Cada uma destes tipos de fontes dá origem a um tipo de pesquisa: a pesquisa aberta e a pesquisa encoberta.

A terceira operação do ciclo, o processamento das notícias, é uma fase crítica do mesmo, e consiste na avaliação, análise, integração e interpretação das notícias. O emprego de sistemas informáticos torna-se actualmente indispensável, devido ao grande volume de notícias a processar. Não obstante, o homem continua a ser o elemento chave, pois só ele é capaz de avaliar com maior eficácia a previsão das intenções, comportamentos e reacções doutros homens ou organizações. Esta tarefa, continua assim a ser praticamente exclusiva do ser humano, o analista das informações, que se coloca na posição do adversário tentando assim “adivinhar” as suas intenções. Este “adivinhar”, obviamente que se encontra alicerçado num profundo conhecimento das culturas, doutrinas, hábitos, modos de pensar e de outros valores em causa.

A última operação do ciclo de produção de informações, a exploração das informações, subdivide-se em dois: primeiro a difusão das mesmas para os “utilizadores” e a exploração propriamente dita. Se a difusão é uma actividade

---

<sup>9</sup> Unmanned Air Vehicle – Aeronave não tripulada.



normalmente feita pelos órgãos de informações, já a exploração das mesmas será sempre feita por órgãos diferentes daqueles que as produziram. São os “utilizadores” das informações, que tiram partido das mesmas nas tomadas de decisão, sejam estas de nível estratégico, operacional ou tático.

O nível de decisão a que se destinam as informações, possibilitam a sua classificação, havendo no entanto muitas divergências quanto à sua divisão<sup>10</sup>. No âmbito deste trabalho, considerar-se-ão como Informações Estratégicas aquelas que dão origem a decisões estratégicas políticas e militares, por Informações Operacionais as necessárias para o planeamento de operações e por Informações Táticas as necessárias à condução imediata de operações.

Os destinatários das informações diferem consoante o nível de informações que estamos a tratar. Ao nível tático os destinatários das informações serão os comandantes das unidades táticas que irão difundir para conhecimento àqueles que tiverem necessidade de as conhecer. Ao nível operacional, as informações destinam-se aos Comandos Militares de CE, aos EM dos ramos e aos EM Conjuntos e Combinados. Ao nível estratégico (o qual não se enquadra no âmbito deste trabalho), destinam-se normalmente ao governo, ministérios e departamentos ministeriais. Estas entidades, no âmbito das suas responsabilidades, deverão fazer chegar os requisitos de informações aos órgãos de informações competentes, os quais deverão responder oportunamente aos mesmos, nunca devendo descuidar-se as medidas de segurança relativas ao manuseamento das mesmas<sup>11</sup>.

As informações abrangem diversas áreas designadas pelo termo “componente”, sendo consideradas as seguintes: “ Informação Militar, Biográfica, Económica, Geográfica, Política, Científica e Tecnológica, Sócio-Cultural, de Transportes e Comunicações”<sup>12</sup>.

No presente trabalho, procuraremos centrar-nos no Sistema de Informações Militares Português, que se ocupa preferencialmente de InfoMil ao nível operacional. No entanto, sabemos de antemão que quer o nível e mesmo a

---

<sup>10</sup> Segundo o Manual de Informações, EME, Outubro de 1979, pg 6, define Informação Estratégica e Tática; segundo Cmdt Virgílio de Carvalho, Estratégia Global, pg 137, define Informações Nacionais, Operacionais e Departamentais.

<sup>11</sup> AAVV, Elementos sobre a doutrina da Informação Estratégica, Publicação do MDN, Pg 2.

<sup>12</sup> Estabelecidas pelos SEGNAC (Normas sobre segurança de documentos, comunicações, etc.).

componente não são estanques, havendo necessidade por parte dos órgãos de InfoMil de, acesso fácil a informações ao nível estratégico e tático, bem como de acesso fácil a informações de outras componentes. Ou seja a circulação das informações não se pode fazer apenas transversalmente, mas pode e deve circular também longitudinalmente.

## **I. 2. Objecto**

O objecto das informações, a qualquer nível ou componente que possamos estudar, não é mais que a determinação, através da integração de informação e da análise prospectiva dos obstáculos, que se venham a interpor à prossecução dos objectivos definidos.

Sendo assim, o determinar do objecto das InfoMil, inicia-se ao nível político com a determinação dos objectivos que o país pretende atingir, e de quais os Estados, forças ou actores que concorrem ou contrariam esses interesses. Seguidamente a determinação do objecto das InfoMil, concretiza-se ao nível estratégico com os estudos de área<sup>13</sup> e com o levantamento das suas actividades, atitudes, intenções, sistemas de forças e suas capacidades de emprego; ao nível operacional com o levantamento pormenorizado das suas forças, incluindo localizações, biografias e perfis psicológicos de comandantes, características de armamento, doutrina de emprego, etc e ao nível tático com estudos das áreas de operações e estudos sobre o IN que directamente se lhe opõe. Estes objectos das informações existem quer em tempo de paz, quer em tempo de conflito, aos vários níveis, com excepção para o nível tático que apenas tem objecto momentos antes da sua entrada em operações e durante a operação, tendo a sua actuação uma duração mais perene.

Por outras palavras, o objecto das InfoMil são as ameaças militares efectivas e potenciais para uma unidade política, ameaças essas que se encontram em constante mutação e que serão objecto deste trabalho num dos sub-capítulos seguintes.

---

<sup>13</sup> O estudo de área é na prática um estudo geopolítico e estratégico de uma unidade política.

### I. 3. Importância

A importância das informações é irrefutável, face ao já exposto anteriormente e à adopção por parte da grande maioria das unidades políticas de sistemas de informação que as apoiam nas suas tomadas de decisão. Não obstante vamos desenvolver e consolidar a importância da sua existência, concretizando especialmente a importância das InfoMil.

Nos processos de decisão ao mais alto nível<sup>14</sup>, torna-se imprescindível a existência de órgãos que efectuem o acompanhamento da situação internacional, designadamente estudando todos os aspectos dos estados que de forma efectiva ou potencial, possam fazer perigar o prosseguimento dos objectivos definidos pelos governos. Como tal, é indispensável perspectivar as intenções do adversário, principalmente aquelas que associadas a uma capacidade, podem constituir-se numa ameaça.

Na actualidade, em que a nossa atenção não é focada para a exclusividade de um só inimigo<sup>15</sup>, mas sim para novas e variadas ameaças, o alcance, o âmbito e os sujeitos da informação aumentaram. Relativamente a esta diversidade de ameaças, os sujeitos da informação dividem-se em duas áreas a geográfica<sup>16</sup> e a temática<sup>17</sup>. Esta realidade mais diversificada, iniciou-se com o fim da guerra fria, que fez com que desaparece-se uma Grande Ameaça, provocando simultaneamente o eclodir de problemas e conflitos que poderemos considerar como Ameaças Menores. Com o 11 de Setembro de 2001, para além da caracterização das ameaças continuar muito diversificada, tornou-se difusa face à constatação do carácter transnacional do terrorismo actual.

Não obstante, desde o fim da guerra fria que a generalidade dos estados ocidentais têm vindo a reduzir os seus orçamentos de defesa, mantendo as suas forças com baixos estados de prontidão. Esta situação aumenta a necessidade do aviso prévio ser mais dilatado, o que só é possível com umas InfoMil eficazes. Essa eficácia depende também, de boas ligações com outros serviços de informações, permitindo assim a troca e a confirmação de informações. Permitimo-nos aqui

---

<sup>14</sup> Político e Estratégico.

<sup>15</sup> Na história de Portugal, os IN tradicionais foram os Mouros e os Castelhanos.

<sup>16</sup> Que se divide em locais, provinciais, regionais, nacionais e internacionais.

<sup>17</sup> Que se divide em ambientes políticos, sociais, históricos, económicos, tecnológicos e militares.

reforçar o termo “troca de informações”, pois no mundo das informações ninguém dá sem receber em troca, o que obriga a quem deseje estar na posse de informações oportunas, a posse de um serviço de informações eficiente e eficaz.

Se ao nível estratégico e operacional, a importância das InfoMil, embora mais imperceptível nos pareça estar justificada, ao nível tático esta importância parece-nos óbvia. A necessidade de um comandante tático, conhecer a área de operações e o IN é essencial para a sua tomada de decisão. Só na posse desse conhecimento é que o comandante tático poderá decidir conscienciosamente sobre os deslocamentos, localização e tipo posição defensiva, definir os objectivos a atacar, constituição da suas subunidades e atribuição das suas missões, etc.

Em conformidade com o exposto, a mera existência de um sistema de informações militares não é suficiente. Torna-se imperioso, dotar o sistema de informações militares com serviços especializados por áreas de actuação, capacidade de armazenamento e processamento automático de dados, profissionais com formação específica na área das informações, capacidade para estabelecer ligações a outros serviços de informações nacionais e estrangeiros e um sistema de controlo e fiscalização adequados. A comunicação no interior do sistema de informações militares deverá ser bidireccional e as informações deverão ser difundidas de forma rápida e fácil, permitindo assim o conhecimento oportuno das informações necessárias a todos os níveis.

#### **I. 4. Ameaças**

A ameaça, segundo a definição adoptada no IAEM, é “ *qualquer acontecimento ou acção em curso ou previsível que contraria a consecução de um objectivo e que normalmente é causadora de danos materiais ou morais*”<sup>18</sup>.

No entanto, para que estas ameaças se tornem credíveis, não basta a intenção por parte do IN, este tem que ter a capacidade de as concretizar<sup>19</sup>.

As InfoMil ao nível estratégico, devem em permanência detectar e prospectivar as ameaças a que estão sujeitos ou que podem vir a surgir no futuro, quer por alteração de intenções, quer pela aquisição das capacidades para concretizar a agressão. A avaliação das suas vulnerabilidades, é também uma análise

---

<sup>18</sup> Gen Abel Cabral Couto, Elementos de Estratégia, I Vol, Edição do IAEM, 1988, pg 328.

<sup>19</sup> AAVV, NC 70-10-15, O Novo Ambiente Estratégico, Pg 3-1.

fundamental como forma de impedir o seu aproveitamento das mesmas por parte de terceiros.

Ao nível operacional, as InfoMil preocupam-se com o levantamento das possibilidades do IN, tomando em consideração as possíveis áreas de operação e a sua capacidade militar<sup>20</sup>.

Ao nível tático, as InfoMil iniciam a sua actividade quando se torna eminente a agressão e elaboram o seu estudo de forma a levantar as possibilidades de uma ou várias unidades inimigas.

Na actualidade, as ameaças têm-se diversificado exponencialmente desde a guerra fria, em que a grande ameaça estava determinada e existiam outras pequenas ameaças que advinham de países satélites ou simpatizantes da ex-URSS. Com a queda do muro de Berlim em 1989, a bipolaridade viu-se substituída pela unipolaridade dos USA, como única super potência. Devido ao desequilíbrio provocado, o mundo enfrenta uma vaga de conflitos de difícil abordagem, de que são exemplos a Jugoslávia e a Chechénia, os quais não foram mais do que o emergir de uma tensão anteriormente contida de ordem política, social, étnica e religiosa.

Entretanto, novas ameaças surgiram, podendo nalgumas delas conseguir-se o relacionamento com a “nova ordem mundial”, sendo noutras o relacionamento mais difícil ou até mesmo forçado, mas todas elas ganhando uma importância acrescida face à grande capacidade dos Média na actualidade. São disto exemplo: o terrorismo transnacional, o crime organizado transnacional, a explosão demográfica, as migrações ilegais, a escassez de recursos, a proliferação de armas de destruição maciças, as tendências auto deterministas, os conflitos com minorias, as diásporas, as guerrilhas internas, as epidemias, a fome, o desemprego, a exclusão social e a degradação ambiental, entre outras inúmeras ameaças, as quais estão na sua maioria interrelacionadas. A título de exemplo, a escassez de água potável, que provavelmente será uma das principais causas de conflito no futuro, trata-se da escassez de um recurso que está relacionado com a degradação ambiental.

---

<sup>20</sup> n.º efectivos, armamento, equipamento, doutrina, localização e estado de aprontamento das unidades, etc.

O 11 de Setembro de 2001, exemplo vivo da dimensão monstruosa das novas ameaças, mostrou ao mundo inteiro a capacidade de destruição do terrorismo transnacional, o qual tem como justificação base para a sua actuação as assimetrias sociais entre o mundo ocidental e o mundo árabe assente no radicalismo religioso.

Tendo em conta o anteriormente dito, facilmente poderemos concluir que uma das características das novas ameaças é o crescimento exponencial dos seus actores, os quais na sua grande maioria, perderam a territorialidade da sua actuação.

Perante a panóplia de ameaças descritas e a diversidade das mesmas e não podendo deixar de ter em conta a tendências economicistas das unidades políticas ocidentais, só um Sistema de Informações Militares<sup>21</sup> com capacidade para dar o alerta oportuno, poderá contribuir decisivamente para o êxito do emprego de forças militares.

---

<sup>21</sup> Obviamente com ligações a outros serviços de informação quer militares estrangeiros, quer no âmbito da segurança externa e interna.

## II. AS INFORMAÇÕES MILITARES EM PORTUGAL

*“Deve-se estar atento e procurar notícia de preparativos que se fazem em Espanha, e obter todas as informações possíveis a respeito das suas praças, guarnições, depósitos e fertilidade das províncias limítrofes de Portugal.”*

Padre Ernesto Augusto Pereira Sales, in “O Conde Lippe em Portugal”<sup>22</sup>

### II. 1. Antecedentes

As Informações em Portugal, embora sem uma estrutura própria, iniciam-se desde a formação da nacionalidade, apoiando as campanhas da conquista da Estremadura e parte do Alentejo e a contenção a Norte do imenso poderio de Leão e Castela. Neste tempo, “a guerra ofensiva” era praticada normalmente na Primavera e no Verão e no restante período “a guerra defensiva”, ficando algumas forças posicionadas junto à fronteira com missões de “vigilância e de informação”. *“Contudo, no contexto da organização de forças, na primeira dinastia, não se detecta uma actividade superior de informações”*<sup>23</sup>.

A primeira referência na história de Portugal, a um serviço de informações militares, surge em 1385, quando da invasão Castelhana. Castela, na sua invasão, evitou o Alentejo, por esta ser a área de maior influência de Mestre de Aviz. Mas os movimentos da força invasora estiveram sempre a ser acompanhados, pelo serviço dirigido por Martim Afonso de Melo, através de patrulhas de descoberta, mandatários e por um destacamento de 100 Cavaleiros. A circulação das informações foi assegurada por um “serviço de ligações”, que manteve sempre informados o QG de Abrantes aonde se instalara D. João I e o QG de Estremoz aonde se encontrava D. Nuno Alvares Pereira. O desfecho final de todo o conflito com a vitória portuguesa na Batalha de Aljubarrota é sobejamente conhecido de todos nós, mas talvez o que a maioria desconheça, é que essa vitória ficou também em parte a dever-se às informações.

---

<sup>22</sup> Citação retirada do livro do Gen Pedro Cardoso, As Informações em Portugal, pg 12.

<sup>23</sup> Gen Pedro Cardoso, As Informações em Portugal, pg 3.

Garantida a segurança do território, estão criadas as condições para a sua expansão, iniciando-se uma intensa actividade diplomática, a par de uma intensa actividade de Info e CInfo. Castela passa doravante a espiar todos os movimentos portugueses, dando-se início à concorrência e conflito de soberania do além-mar. O segredo geográfico era de tal forma importante, que era frequente a fraude geográfica através da introdução de erros em latitude e longitude<sup>24</sup>, como medida de protecção. Com D. João II, Portugal possuiu planos de expansão, os quais foram permanentemente acompanhados por um sistema de informações, que embora não tivesse uma estrutura própria, foram orientados por uma hábil política de informações e segredo. Com esta actuação, Portugal era detentor de ideias concretas e muito aproximadas sobre a situação e a realidade geográfica da Índia e da estrutura geral do globo terrestre. O resultado da brilhante condução dos destinos da nação por D. João II, culminou com o Tratado das Tordesilhas, no qual, pela primeira e última vez, Portugal conduziu negociações desfrutando de nítida superioridade, relativamente à outra entidade contratante.

Com D. Manuel, no tocante às informações e à salvaguarda do segredo, bem como noutros, entrou-se num período de decadência, que se prolonga até aos nossos dias. Contudo, Vasco da Gama não se esqueceu de um aspecto importante na cultura das informações, levando a bordo intérpretes de línguas africanas e árabe.

Seguem-se períodos, que em pequena escala e apenas pontualmente se recorre a actividades no âmbito das informações, chegando-se à trágica situação no início do séc. XIX de não existir qualquer órgão de informações nacional. Portugal assistia a uma forte presença inglesa, sendo como que um protectorado inglês, e utilizando os serviços de informações ingleses, que obviamente serviam os seus interesses. Em 1820, aquando da revolução Liberalista, que pretendeu libertar Portugal de uma situação colonial relativamente aos ingleses, que residiam em grande número em território continental e insular, e detinham o controlo total das informações. Dá-se em 1825, a independência do Brasil, por reconhecida pressão do Brasil, encabeçada por D. Pedro IV de Portugal e futuro D. Pedro I do Brasil. As reivindicações da Inglaterra sobre Lourenço Marques, marcam o início do

---

<sup>24</sup> Desinformação



declínio da influência inglesa em Portugal, pela adopção de uma política esclarecida apoiada numa administração colonial mais moralizada e dinâmica, criando as condições para encetar uma política de intolerância face aos planos de expansão colonial dos ingleses, franceses e alemães. Faltava no entanto a Portugal, um serviço de informações.

Em 1876, inicia-se a disputa da bacia do Congo, uma das poucas vias de penetração para o interior africano. Era há muito reclamada por Portugal com base no direito histórico, mas o país não tinha meios para tentar impor o seu domínio, nem apoios internacionais para tal. O interesse das potências europeias no rio era menor, só havendo uma ambição clara por parte da Bélgica. Em 1884, Portugal assina com a Inglaterra um tratado sobre o Congo<sup>25</sup>, que lhe dá o domínio sobre a foz do rio, em troca das facilidades de navegação no rio Zambeze. O resultado é o que seria de esperar: a França e a Alemanha reclamam conjuntamente. A Inglaterra não se mostra muito interessada em defender o tratado, pois Berlim usa uma linguagem cada vez mais forte. Bismark convoca então a Conferência de Berlim (1884-1885), apressando-se então Portugal no processo de ocupação da zona central de Africa com a intensificação das explorações e reivindicando sobre ela direitos históricos. O reconhecimento oficial do direito português à ocupação foi estabelecido nas convenções luso-francesa e luso-alemã, em 1886. Na convenção luso-alemã, foi elaborado um anexo cartográfico com a zona da esfera de influência portuguesa entre a costa angolana e a costa moçambicana assinalada a cor-de-rosa, daí surgindo a designação de Mapa Cor-de-Rosa. O plano português de instauração de um «novo Brasil», ainda que aceite pela Alemanha e pela França, foi imediatamente contestado pela Inglaterra, baseando-se no facto de haver ficado acordado na Convenção de Berlim que os direitos históricos estariam radicados na ocupação efectiva do território. Devido à contestação inglesa quanto aos direitos portugueses sobre aquela região interior, gerou-se um conflito entre as duas nações que culminou no Ultimato de 1890, no qual Portugal perdeu todos os direitos aos territórios entre Angola e Moçambique. Daqui retira-se o ensinamento de que é essencial para liderar as negociações, o ser-se detentor de melhores informações que os outros actores, sendo esta a única forma de se poder conduzir

---

<sup>25</sup> Conhecido como o Tratado de Londres.

a política conscientemente. Este conhecimento, embora já conhecido de outrora, de que é exemplo o Tratado de Tordesilhas, foi esquecido. Reagiu-se ao sabor dos acontecimentos, não conseguindo conduzir os acontecimentos em nosso proveito, em virtude do desconhecimento profundo das situações.

Em 1852, foram publicadas as “*Noções Gerais de Guerra*”<sup>26</sup>, marcando o início da vontade de formar um serviço de informações militares consubstanciada no aparecimento de vasta bibliografia sobre esta matéria. Após a implementação da República, em 1911 foi criada em Portugal, no Estado Maior do Exército a 1ª Repartição com as atribuições de: Serviço de Informações, Assuntos diplomáticos de interesse militar e relações com os adidos e oficiais em comissão de estudo no estrangeiro. Contudo, nos Quartéis Gerais, ou nas Unidades não existiam quaisquer células com a tarefa exclusiva de Informações.

Em 1929, o EME é reestruturado, passando a 2º Repartição a ter duas secções. A primeira estava incumbida de tratar de assuntos de natureza diplomática (adidos e missões diplomáticas), manter actualizadas as informações sobre os exércitos estrangeiros e da cartografia militar. À segunda secção competia o estudo de prováveis Teatros de Operações e o manter actualizadas as situações sobre operações de guerra em países estrangeiros.

Em Washington, a 4 de Abril de 1949, Portugal assina o Tratado do Atlântico Norte. No campo das informações militares, isto trouxe repercussões nas Forças Armadas, permitindo o desenvolvimento de uma nova técnica de EM, uniformizando a doutrina, a documentação e a orgânica das secções, repartições e divisões de EM.

O Secretariado Geral da Defesa Nacional, foi criado em 1950, dirigido pelo CEMGFA, comportava uma 2ª Repartição, à qual lhe competia superintender o Serviço de Informações Militares, a Contra-espionagem e a Segurança Interna e Externa.

Em 1954, foi publicado o Regulamento de Campanha – Informações, com base no FM americano, que embora aprovado foi posto em execução com carácter provisório.

---

<sup>26</sup> António José Cunha Salgado, Noções Gerais de Guerra, 1838, citado por Gen Pedro Cardoso, As Informações em Portugal, pg 15.

O projecto de organização de um Serviço de Informações, na 2ª Repartição do SGDN, consubstanciou-se em 1956. Embora constituído com o intuito de responder essencialmente às responsabilidades assumidas com a OTAN, não foi surpreendido com os acontecimentos em Angola de 1960-61, pois acompanhou o desenrolar da situação em Africa. A remodelação da estrutura das FA no Ultramar é disso indicativo.

O Exército sofreu nova reorganização em 1959, passando todos os Quartéis Gerais<sup>27</sup> a terem organicamente células de Info e CInfo, na dependência do VCEME.

Com o eclodir da subversão activa em Angola no final de 1960, foi criado em 1961, o Serviço de Centralização e Coordenação de Informações, tendo sido inicialmente criados os serviços em Angola e Moçambique e, só mais tarde na Guiné. Tinha como missão reunir estudar e difundir informações que interessavam à política, à administração, à defesa e apoio dos governos das respectivas províncias ultramarinas. A nível nacional continuava a não existir nenhum serviço de informações. Contudo existia, uma proposta concreta de criação de um serviço de centralização e coordenação de informações nacional tendo sido esta rejeitada pelo Presidente do Conselho, em 1963, talvez por a PIDE<sup>28</sup> ter estado afastada do processo.

Aproveitando a experiência da guerra colonial são elaborados no IAEM em 1964, 3 folhetos sobre a técnica de informações: Técnica de Interrogatório em Guerra Subversiva, Reconhecimento Aéreo Visual das Forças Terrestres em Guerra Subversiva e Informações num Batalhão em Guerra Subversiva.

Em 1966, surge um novo Regulamento de Campanha – Informações, com base no de 1954, mas com alterações decorrentes da experiência alcançada e dos STANAG's da NATO.

Em 1974, quando se dá o 25 de Abril, a situação de Portugal no tocante às informações era a seguinte: na SGDN existia a 2ª Divisão que coordenava o Serviço de Informações Militares, no Ministério do Ultramar existia a Direcção

---

<sup>27</sup> EME, Regiões Militares, Comandos Territoriais Independentes.

<sup>28</sup> A PIDE embora tivesse actividades no âmbito das informações, era uma Polícia de Defesa do Estado, ou seja interferia directamente sobre pessoas ou organizações que se constituíssem como uma ameaça para o Estado Português. Isto contraria o que hoje é universalmente aceite para um serviço de informações o qual deve estar completamente separado da acção policial.

Geral dos Negócios Políticos que centralizava e coordenava as informações obtidas pela via diplomática e consular e no Ministério do Interior havia a Direcção Geral de Segurança que centralizava e coordenava as informações com interesse para a segurança interna e externa do estado. Contudo, não existia nenhuma entidade que centralizasse e coordenasse toda a actividade dos serviços de informação.

Após o 25 de Abril, todos estes serviços foram extintos e a 2ª Divisão do EMGFA<sup>29</sup> foi incumbida de activar um serviço de informações nacional na dependência do CEMGFA. Tal ideia não vingou, devido aos inúmeros interesses partidários e políticos em jogo na época.

Em 23 de Maio de 1975, surge o Serviço Director e Coordenador da Informação, que teve uma vida efémera sendo extinto simultaneamente com o PREC na noite de 25 de Novembro do mesmo ano. A 2ª Divisão do EMGFA, recupera as suas anteriores atribuições.

Em 1977, o EMGFA sofre uma reestruturação, passando a 2ª Divisão a designar-se por DINFO. Segue-se um período em que se elaboram e propõem inúmeras versões para um Serviço de Informações da República.

Só em 1984, é aprovada A Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)<sup>30</sup>, que veio estabelecer as bases gerais das informações em Portugal e definiu as regras relativas ao funcionamento, direcção e controlo do sistema a criar. Concorreriam para as informações a produzir por este sistema três serviços: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) na dependência do PM, o Serviço de Informações de Segurança (SIS) na dependência directa do MAI, e o Serviço de Informações Militares (SIM) na dependência do MDN através do CEMGFA e coordenado pelo Conselho de Chefes do EM. Na prática apenas foi criado o SIS, que veio absorver a componente de informações de segurança que vinha sendo produzida pela DINFO, mantendo-se as informações estratégicas, de defesa e militares no âmbito desta Divisão.

Em 1993, foi reestruturado o sistema de informações militares, com a criação da DIMIL<sup>31</sup>, com a sua integração no Centro de Operações das Forças Armadas

---

<sup>29</sup> A partir de Agosto de 1974 foi criado o EMGFA em substituição do SGDN.

<sup>30</sup> Lei nº 30/84 de 5 de Setembro.

<sup>31</sup> Decreto-Lei nº 48/93 de 26 de Fevereiro.

(COFAR) do EMGFA, a qual implicava a criação de um Serviço de Informações Estratégicas. Contudo, mesmo com a aprovação da Lei 4/95 aonde são efectuadas as alterações à Lei-Quadro do SIRP<sup>32</sup>, a DINFO manteve-se em funções e continuou assim até que o SIEDM estivesse formado e preparado para entrar em actividade. Em 31 de Dezembro de 1997 foi extinta a DINFO, sendo substituída pela DIMIL<sup>33</sup>, no EMGFA.

## **II. 2. A Actual Estrutura**

A actual estrutura concretiza-se com a aprovação da Lei nº 4/95 de 21 de Fevereiro, traduzindo-se essencialmente numa concentração da competência para produção de informações em dois serviços: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM)<sup>34</sup> na dependência do MDN e o SIS na dependência do MAI.

### ***II.2.1. SIEDM***

Em 1995, com a já explanada reorganização do SIRP, o SIED e SIM fundem-se e cria-se o SIEDM, aonde são concentradas as atribuições dos dois serviços. O SIEDM<sup>35</sup> ficou assim na dependência do MDN, sendo incumbido da produção das informações necessárias ao garante da independência nacional e da segurança externa do Estado e da produção de informações militares necessárias ao cumprimento das missões das FA e para a garantia da segurança militar. No que diz respeito a este trabalho, o SIEDM ficou com a atribuição da produção das Informações Militares ao nível estratégico, não sendo como tal objecto de estudo mais aprofundado, tendo apenas sido referido juntamente com o SIRP como enquadramento geral das Informações em Portugal.

---

<sup>32</sup> Ver o Anexo A – Sistema de Informações da República Portuguesa.

<sup>33</sup> Decreto-lei 158/98, de 24 de Julho.

<sup>34</sup> Resultou da fusão das atribuições do SIED e do SIM, que na prática nunca existiram sendo as suas atribuições desempenhadas pela DINFO.

### **II.2.2. EMGFA (DIMIL)**

A DIMIL<sup>36</sup> foi criada com esta designação em 1993 com base no Decreto-Lei nº 48/93. A grande novidade desse Decreto-Lei é a distribuição das funções do EMGFA por duas grandes áreas, o planeamento e a conduta operacional, sendo criados e desenvolvidos o Estado Maior Coordenador Conjunto (EMCC) e o Centro de Operações das Forças Armadas (COFAR). O COFAR permite ao EMGFA, em tempo de guerra, constituir-se em Quartel General Conjunto, possibilitando ao CEMGFA o exercício do comando completo das FA em situação de guerra. A estrutura do COFAR é a seguinte:

- Adjunto para as Operações
- **Divisão de Informações Militares (DIMIL)**
- Divisão de Operações (DIOP)
- Centro de Operações Conjunto (COC)

A Missão da DIMIL é a de prestar apoio de estado-maior no âmbito das informações e da segurança militares. É chefiada por um Contra-Almirante ou um Major-General. A estrutura<sup>37</sup> actualmente em vigor por despacho do adjunto do CEMGFA para as operações é a seguinte:

- Chefe de Divisão
- Repartição de Planeamento
- Repartição de Gestão e Coordenação da Pesquisa
- Repartição de Informações
- Repartição de Segurança Militar
- Gabinete de Ligação aos Adidos Militares
- Secretaria

Especificamente compete à DIMIL o seguinte:

- A produção de informações necessárias à avaliação permanente das ameaças à segurança militar;

---

<sup>35</sup> Decreto-lei 254/95, de 30 de Setembro.

<sup>36</sup> Ver o Anexo B - Reorganização do Sistema de Informações Militares DL nº48/93.

<sup>37</sup> Ver o Anexo C – Organograma da DIMIL.

- O estudo, proposta e supervisão das medidas de segurança a aplicar para garantir a segurança militar;
- A preparação e actualização, no seu âmbito dos planos de defesa militar e os planos de contingência;
- A preparação, na respectiva área de responsabilidade, dos exercícios conjuntos e combinados;
- A definição da doutrina militar conjunta do seu âmbito;
- A orientação da instrução de informações nas FA;
- A elaboração do relatório anual de actividades de informações nas FA a submeter à deliberação do Conselho de Chefes de Estado Maior;
- As operações de recrutamento para ingresso de pessoal civil na DIMIL, de acordo com a legislação em vigor;
- O aperfeiçoamento da formação e desenvolvimento técnico do seu pessoal;
- O estabelecimento de um sistema de registos e relatórios, de natureza operacional, do seu âmbito.

Das atribuições da DIMIL comparativamente com o SIEDM, ressalta à vista, a duplicação de atribuições, visto que o SIEDM é incumbido da **produção de informações militares** necessárias ao cumprimento das missões das FA e para a garantia da **segurança militar**, e a DIMIL é incumbida da **produção de informações** necessárias à avaliação permanente das ameaças à segurança militar e do estudo, proposta e supervisão das medidas de segurança a aplicar para garantir **a segurança militar**. Daqui resulta que existem dois organismos com competências idênticas, ou que pelo menos existe grande dificuldade em diferencia-las, embora se possa dizer que o SIEDM está ao nível estratégico e a DIMIL ao nível operacional. Tal situação agudiza-se pelo facto de por lei, cada serviço só poder desenvolver actividades de pesquisa e tratamento das informações respeitantes às suas atribuições específicas, que neste caso são similares.

Um outro problema que se nos depara, é de ao nível do EMGFA apenas existir a DIMIL destinada ao apoio de EM, e não existir nenhum órgão, centro, unidade, ou outro nome que lhe queiram atribuir, com capacidade de

pesquisa e processamento, estando a DIMIL dependente das suas ligações<sup>38</sup> com o SIEDM e a NATO, para recepção de informações estratégicas, e com os ramos, para recepção de informações operacionais e táticas, oriundas fundamentalmente das missões no exterior.

Os Adidos de Defesa, são elementos que devido à sua função de representação das FA junto às delegações diplomáticas no estrangeiro, constituem-se por si só num órgão de pesquisa da informação disponível<sup>39</sup> sobre as FA dos países em causa. Os Adidos de Defesa podem ser da Marinha, do Exército e da Força Aérea, recebendo respectivamente a designação de Adido Naval, Militar ou Aeronáutico. Dependem do EMGFA através dos CEM dos ramos e cabe ao Chefe da delegação diplomática a que pertencem a sua orientação política e geral. Compete-lhes a execução de tarefas do âmbito estrito das FA, como por exemplo o apoio aos militares portugueses em missão no exterior e a ligação às FA estrangeiras. Estabelecem ligações com a DIMIL e as Divisões de Informações dos ramos, respondendo a necessidades de informações sobre FA estrangeiras. Somos do parecer que a existência de várias possibilidades de ligação dos Adidos de Defesa, dificulta a coordenação da sua actuação, provocando dificuldades de coordenação, e por vezes a duplicação de pedidos. Parece-nos que seria mais ajustado, o estabelecimento da ligação com os Adidos fosse exclusivamente com a DIMIL. Por seu lado, as Divisões de Informações dos ramos estabeleceriam, apenas a ligação com a DIMIL, e não directamente com os Adidos mesmo que os assuntos a tratar, fossem do âmbito exclusivo de um dos ramos.

### **II.2.3. A Marinha**

Na Marinha as informações estão estruturadas ao nível do EMA com a Divisão de Informações e ao nível do CN com a Divisão de Informações do CN.

---

<sup>38</sup> Anexo D – Ligações DIMIL com SIEDM e Ramos das FA.

<sup>39</sup> Limitam-se à pesquisa de OPSINT, ficando a pesquisa encoberta a cargo de agentes do SIEDM enquadrados nas representações diplomáticas.



Como unidade de informações, a Armada possui o CENGE, com capacidade nas áreas do SIGINT e da GE. O CENGE encontra-se actualmente em fase de reestruturação, indo-se designar num futuro próximo como CENDOP. A missão do CENDOP será “coligir, processar e difundir todas as informações com interesse operacional ou tático”, continuando em acumulação com a actual missão no âmbito da GE. Encontra-se na dependência do CN, com ligação directa à Divisão de Informações do CN, estabelecendo no entanto ligações funcionais com EMA, com a Divisão de Comunicações e GE e com a Divisão de Informações. Actualmente o trabalho realizado pelo CENGE, na área do SIGINT, é fundamentalmente a actualização de uma biblioteca com as assinaturas electromagnéticas dos radares e emissores rádios pertencentes aos navios com que a armada portuguesa realiza exercícios, ou a outros que por qualquer outra razão teve a oportunidade de estar em contacto.

Os órgãos de pesquisa da marinha são as suas fragatas e submarinos, que possuem capacidade de GE e alguma capacidade adicional SIGINT, mais especificamente ELINT. Estão previstas no entanto, a criação de outras capacidades nos navios em termos de informações, no âmbito do HUMINT e IMINT. Para tal, serão atribuídos aos navios Equipas HUMINT, que efectuarão o seu trabalho principalmente durante a permanência dos navios nos portos e Equipas IMINT, com a tarefa de reconhecimento e identificação visual. Este trabalho, embora ainda não estruturado nem com as designações anteriormente utilizadas, já é realizado pelos navios, especialmente o relativo às Equipas de IMINT, com as actuais células de reconhecimento e identificação visual, que irão sofrer um alargamento dos seus recursos humanos e materiais. Relativamente às Equipas de HUMINT, este reveste-se de especial importância, pelo levantamento pormenorizado das localidades aonde os portos estão inseridos, de contactos com autoridades locais, de locais que se traduzam numa possível ameaça para a tripulação, das infra-estruturas dos portos, das tripulações e capacidades e estrutura organizacional de outros navios em permanência no mesmo porto, etc.

Toda esta informação recolhida, irá num futuro próximo ser concentrada e processada no CENDOP, sendo posteriormente disponibilizada aos navios da armada sempre que estas informações sejam necessárias para o cumprimento das suas missões.

#### **II.2.4. O Exército**

As informações no Exército estão estruturadas ao nível do EME com a DIM e ao nível do COFT com a Repartição de Informações Militares.

O Exército possui como unidade de Informações o BISM<sup>40</sup>, que se encontra na dependência do EME e tem com a missão principal o apoio da Divisão de Informações do EME, assegurando a execução das actividades de Informações e Contra-Informação Militares no âmbito de SIM do Exército.

Tem como tarefas atribuídas na área das informações e segurança militar:

- Organizar e treinar Destacamentos de Informações e Segurança Militar, em número variável, para atribuição às 2ª Rep/Sec de GU, dentro dos prazos superiormente determinados;
- Realizar cursos e estágios para oficiais e sargentos do QP, no âmbito das Informações e Segurança Militar;
- Assegurar a pesquisa e o processamento de notícias, no âmbito das Informações e Contra-Informação Militares;
- Estabelecer as normas e critérios que devem orientar a aquisição, produção, operação e manutenção dos sistemas de criptografia, tendo em vista a maximização da sua segurança;
- Adquirir, produzir, registar, guardar, conservar, preparar e distribuir o material e documentação cripto a utilizar pelo Exército;
- Definir as normas gerais relativas à segurança física do material e instalações cripto e supervisionar a sua execução.

As unidades de Exército são na sua generalidade todas órgãos de produção de informação. No entanto, destacam-se pela sua missão o IGE e a Companhia de GE.

O IGE<sup>41</sup> tem por missão prover com informação geográfica o Exército, os outros ramos das Forças Armadas e a comunidade civil, devendo, para tal,

---

<sup>40</sup> [www.exercito.pt](http://www.exercito.pt).

<sup>41</sup> [www.exercito.pt](http://www.exercito.pt).

assegurar a execução de actividades relacionadas com a ciência geográfica, a técnica cartográfica e a promoção e o desenvolvimento de acções de investigação científica e tecnológica. Entre as suas atribuições figura a coordenação com a DIM de todas as actividades relativas ao intercâmbio de documentação e informação geográfica militar com países aliados ou amigos e à política geográfica da NATO; obtenção, catalogação e arquivo de elementos de reprodução de cartas e outra documentação e informação geográfica, quer na forma analógica quer digital produzida por outras entidades nacionais ou estrangeiras que interessem ao Exército ou aos outros ramos das FA; planeamento e execução de todos os trabalhos destinados à obtenção e produção de cartas, plantas e outra documentação e informação geográfica necessárias ao Exército e aos outros Ramos das FA e para apoio de entidades públicas e privadas em coordenação com a DIM e a Divisão de Operações do EME; Obtenção e distribuição de fotografias aéreas, mosaicos fotográficos e Exploração de imagem por satélite.

A Companhia de GE<sup>42</sup>, localizada na EPT (Porto), embora com missão no âmbito da GE, tem a capacidade de pesquisa de informação na área do SIGINT. A Companhia de GE desenvolve actividades conexas com identidades externas e com quem a EPT estabeleceu protocolos de cooperação, designadamente a ANACOM<sup>43</sup>, o Departamento de Telecomunicações da Universidade de Aveiro e o CENGE (Armada).

A informação recolhida pelas unidades do Exército é concentrada e processada na DIM, no caso de as unidades não estarem em operações ou exercícios, ou na Repartição de Informações Militares do COFT, na situação oposta. Quanto à capacidade de processamento no Exército esta é exígua. Os órgãos de informações do EME ou do COFT visto serem vocacionados para o apoio do EM, não têm essa capacidade, nem a deveriam ter. Já o BISM, como unidade de Informações, e sendo o processamento uma das suas atribuições, tem no entanto uma capacidade diminuta em virtude de

---

<sup>42</sup> [www.exercito.pt](http://www.exercito.pt).

<sup>43</sup> A ANACOM é, desde 6 de Janeiro de 2002, a nova designação do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), em resultado da entrada em vigor dos seus novos estatutos. É a autoridade reguladora das telecomunicações e comunicações postais.

uma necessidade urgente de automatização do processo. Consequentemente as bases de dados de informações militares no Exército são praticamente inexistentes, sendo as informações difundidas às unidades pobres no seu conteúdo.

Como forma de colmatar esta situação, e de acordo com a directiva nº263/01 do CEME, são solicitados estudos para o levantamento de uma Companhia de Informações Militares<sup>44</sup>. Segundo a proposta elaborada para o seu levantamento a sua missão será:

- Apoiar Divisão de Informações Militares do Estado-Maior do Exército assegurando a execução das actividades de Informações e Contra-Informações Militares no âmbito do Serviço de Informações Militares do Exército;
- Apoiar as Forças Nacionais Destacadas assegurando as actividades de Informações e Contra-Informações Militares no âmbito da Protecção da Força;
- Apoiar o Corpo de Exército Nacional através da pesquisa, processamento, produção e disseminação de informações no domínio das actividades de Informações e Contra-Informações Militares;
- Contribuir com os seus meios, quando solicitado superiormente, para o esforço global do Sistema de Informações da República Portuguesa.

Na mesma proposta, apontam-se como tarefas a serem-lhe cometidas:

- Assegurar a prontidão da Companhia dentro dos prazos superiormente definidos, através de actividades operacionais e de actualização de conhecimentos.
- Assegurar a pesquisa, recolha e encaminhamento de notícias, no âmbito das Informações e Contra-Informações Militares.
- A partir dos seus meios, organizar e treinar nos prazos superiormente definidos, as seguintes forças:

---

<sup>44</sup> Ver Anexo E – Proposta de Organograma da Companhia de Informações Militares.

- Um Destacamento de Informações e Segurança Militar para apoio das Rep/Sec Info das GU Nacionais.
- Um Destacamento de Segurança para apoio dos Batalhões Multinacionais de Informações do Comando Aliado da Europa.
- Uma Equipa de Segurança para apoio do Comando Aliado da Europa.
- Uma Equipa de Interrogadores para o Comando Aliado da Europa.
- Uma Equipa de Ligação para o Comando Aliado da Europa.

Com o levantamento futuro desta Companhia, o qual esperamos que seja próximo, o Exército irá possuir capacidade de processamento automático da informação, face ao equipamento que se prevê dotar o Elemento de Análise e Controlo, o que tornar-se-á único no Exército e julgamos que nas FA.

### ***II.2.5. A Força Aérea***

As informações na FAP estão estruturadas ao nível do EMFA, com a 2ª Divisão (Informações) e ao nível do COFA, com a Repartição de Informações Militares e GE. É de referir que a 2ª Divisão/EMFA tem a capacidade de efectuar interrogatórios a prisioneiros de guerra, ministrando a FAP o curso de interrogadores.

A unidade de Informações da FAP é a CAM, a qual se encontra na dependência do COFA e com ligação directa à Repartição de Informações Militares e GE. Na sua estrutura possui uma Secção de Análise de GE, uma Secção de Análise Acústica, uma Secção de Tratamento de Software Operacional e uma Secção de Operações. Para além das atribuições inerentes à sua função de análise da GE, esta unidade colige, processa e difunde as informações com interesse para o cumprimento de funções da FAP.

Os órgãos de pesquisa da FAP<sup>45</sup> são as suas aeronaves, com especial destaque para a Esquadra 601 do P-3 ORION e a Esquadra 401 de C-212 AVIOCAR.

---

<sup>45</sup> [www.emfa.pt](http://www.emfa.pt).

A Esquadra 601 tem como missão primária a execução de operações de patrulhamento marítimo e de detecção, localização, seguimento e ataque a submarinos e meios de superfície e como missões secundárias a execução de operações de busca e salvamento e operações de minagem. Está equipada com um moderno conjunto de sensores, computadores e outro equipamento táctico, que lhe conferem aptidões para a execução de operações de patrulhamento marítimo com vista à detecção, localização, seguimento e ataque a submarinos e meios de superfície. Os meios de que dispõe no âmbito das informações actuam fundamentalmente no âmbito do ACINT e do SIGINT.

A Esquadra 401, tem como missão primária executar operações de reconhecimento aéreo e como missões secundárias executar acções de apoio de guerra electrónica e acções de apoio à vigilância marítima. Está equipada com aeronaves C-212-300, que mercê dos seus equipamentos a bordo, podem realizar pesquisa de informações no âmbito do IMINT efectuando fotografia aérea e no âmbito do SIGINT através da análise do espectro electromagnético.

Toda a informação recolhida pelas aeronaves da FAP, com especial ênfase para as anteriormente descritas, irá ser concentrada e processada no CAM, sendo posteriormente as informações difundidas às esquadras sempre que sejam necessárias para o cumprimento das suas missões.

### III. MODELOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES MILITARES

*“Por razões óbvias, o conhecimento da organização e métodos de trabalho dos sistemas de informações estrangeiros é necessário.”*

MGen Renato Marques Pinto in “Sistemas de Informações Estrangeiros”

Existem, fundamentalmente, dois modelos de sistemas de Informações Estratégicas. O primeiro consiste na separação das informações estratégicas, em três áreas distintas. As Informações externas, geralmente na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros; as Informações internas ou de segurança, geralmente na dependência do Ministério do Interior e as Informações militares, na dependência do Ministério da defesa. O outro sistema consiste na criação de um serviço de informações estratégicas, que abranja todas as áreas, estando na dependência do PM e funcionalmente dependendo do Ministério da Defesa ou dos Negócios Estrangeiros. Existem ainda os modelos híbridos destes dois, aonde se situa o caso Português. Escusar-nos-íamos de falar dos serviços de informações ao nível estratégico, visto não ser do âmbito deste trabalho mas, a localização das Informações Militares de nível estratégico vêm alterar significativamente a estrutura organizacional das Informações Militares. Face ao exposto, iremos, ainda que brevemente, explanar a organização superior das informações dos países por nós escolhidos, após o que tentaremos explanar a organização das suas informações militares ao nível das FA e Ramos, detalhando sempre que possível as escolas e unidades de informações existentes.

#### III. 1. Alemão

O Chefe da Chancelaria Federal é o coordenador dos vários serviços de informações. Na sua dependência directa encontra-se o Serviço de Informações Federal (BND).

Na dependência do Ministério da Defesa existe a Agência de Informações das Forças Armadas Federais (ANBw), o Serviço de Segurança Militar (MAD) e a Agência de Monitorização Rádio das Forças Armadas da Federação (AFMBw).

Na dependência do Ministério do Interior existe a Agência Federal para a Protecção da Constituição (BfV), a Agência Estadual para a Protecção da Constituição (LfV) e a Agência Federal para a Segurança das Tecnologias de Informação (BSI).

Todos estes serviços são supervisionados pela Comissão de Controlo Parlamentar para os Serviços de Informações (PKK).

Relativamente ao ANBw, este é um serviço do nível estratégico militar, pesquisando no país e no estrangeiro. O ANBw possui uma escola de informações, com formação nas tradicionais áreas de Informações, de Contra-informação e de Segurança Militar, com preocupações ao nível da preparação dos militares que desempenham funções como oficiais e sargentos de informações e adidos de defesa. Quanto ao MAD, é um serviço integrado no ANBw, que trabalha a área da Contra-Informação e Segurança Militar, tendo como missão a contra-espionagem, a subversão e a sabotagem no interior das forças armadas. O AFMBw, serviço também integrado no ANBw, efectua a monitorização das comunicações (SIGINT).

Embora relativamente à Alemanha tenhamos descoberto sites da Internet, das FA e dos ramos, não nos foi possível pesquisar mais detalhadamente outros órgãos e unidades de informações que possuam, visto estes se encontrarem em alemão e não possuírem versão inglesa.

### **III. 2. Britânico<sup>46</sup>**

No sistema de Informações do Reino Unido, existem vários serviços de informações com diversas dependências. O PM é o responsável pelos assuntos relativos às informações, sendo apoiado pelo seu gabinete, que através do Central Intelligence Machinery ou Órgãos Centrais de Informações, dirigem, coordenam e controlam a actuação dos serviços e introduzem-lhes alterações organizacionais para aumento da sua eficiência.

O Secret Intelligence Service ou Serviço Secreto de Informações, conhecido também por MI6, e o Government Communications Headquarters (GCHQ) ou Quartel-General de Comunicações Governamentais, encontram-se na

---

<sup>46</sup> [www.fas.org](http://www.fas.org).



dependência do Ministério das Comunidades e Negócios Estrangeiros. O MI6 tem à sua responsabilidade as informações estratégicas e o GCHQ a monitorização das comunicações, fornecendo a todos os Serviços de Informações britânicos, as informações obtidas pela interceptação das comunicações.

Na dependência do Ministério do Interior encontra-se o Security Service ou Serviço de Segurança (SS ou MI5), sendo responsável pelas informações de segurança.

O Defense Intelligence Staff ou Estado-Maior de Informações de Defesa (DIS), está na dependência do Ministério da Defesa e é o principal produtor de informações estratégicas militares para o Ministro da Defesa e para as FA, sendo também um elemento chave do Central Intelligence Machinery. Desempenha ainda um importante papel no apoio à análise e a operações no âmbito da NATO.

A um nível mais baixo, e na dependência do Estado-Maior da Defesa, mais directamente do Chefe das Informações de Defesa existe o Defence Geographic and Imagery Intelligence Agency (DGIA) e o Defense Intelligence Analysis Staff (DIAS). O primeiro, é uma Agência que produz informação geográfica e IMINT em apoio das operações militares em curso, planos de defesa, quesitos gerais de informação e do âmbito do governo. O segundo, é um órgão de processamento e difusão da Informação.

O DGIA possui na sua dependência o Defence Intelligence and Security Centre (DISC), o Military Survey Defence Agency (MSDA) e o Joint Air Reconnaissance Intelligence Centre (JARIC).

O DISC é uma escola de informações, sendo a sua principal missão o garantir da formação em informações, contra-informação e segurança, assim como a elaboração de doutrina e pareceres nessas áreas. Efectua formação das FA, bem como o de outros serviços de informações.

O MSDA fornece a informação geográfica e geoespacial, em apoio dos planos de defesa, formação e operações, garantindo às FA os mapas de todo o mundo que lhe sejam requeridos.

O JARIC é o órgão produtor de IMINT. A sua missão principal é a exploração e análise de todas as fontes disponíveis e a produção de

informações que satisfaçam os quesitos do Ministério da defesa e dos Comandos Operacionais. Ao JARIC também lhe é atribuída a missão de constituir uma força, com elementos treinados e experientes, em apoio de uma operação militar específica.

### **III. 3. Espanhol**

Em Espanha, o Centro Superior de Informações de Defesa (CESID), centraliza todas as necessidades de Informação Estratégica nas várias áreas, sendo tutelado pelo PM e dependendo funcionalmente do Ministério da Defesa. Tem ligações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com os sistemas de informações próprios da Guarda Civil, Corpo Nacional de Polícia e com a División de Inteligencia (Divisão de Informações) do Estado-Maior Conjunto de Defesa. O CESID encontra-se em fase de reestruturação, vindo a ser brevemente substituído pelo Centro Nacional de Inteligência<sup>47</sup> (CNI). A grande alteração no Serviço de Informações Espanhol é, o estar contemplado na nova Lei, o princípio do controlo parlamentar e da coordenação interministerial. Para tal foi criada uma Comissão Delegada do Governo para Assuntos de Informações, presidida pelo vice-presidente do governo, a qual integra o Ministro dos Assuntos Externos, o Ministro da Defesa, o Ministro do Interior, o Ministro da Economia, o Secretário Geral da Presidência, o Secretário de Estado de Segurança e o Secretário de Estado Director do Centro Nacional de Informações.

No EM Conjunto de Defesa<sup>48</sup> existe a Divisão de Informações Militares, a qual tem como missão satisfazer todas as necessidades de informações militares para o planeamento da defesa militar e do Comando Operacional Conjunto, assim como, coordenar o esforço de informações das FA.

Em cada um dos ramos existe também um órgão de Informações:

- No Exército existe no EME e dentro da Divisão de Operações, a Secção de Informações e Segurança. Possui o Regimento de GE 31,

---

<sup>47</sup> Ley 11/2002, de 6 de Mayo, reguladora del Centro Nacional de Inteligencia.

<sup>48</sup> [www.mde.es](http://www.mde.es).

dentro do Núcleo de Apoio às Forças de Manobra e o Regimento de GE 32, dentro do Comando das Transmissões, previsivelmente com capacidade SIGINT.

- Na Marinha, não existe nenhum órgão específico de Informações no EMA. No entanto, dentro da Divisão de Tática existe a Repartição de Comunicações e Informação e a Repartição de GE. Embora sem confirmação, certamente os seus vasos de guerra possuem equipamento de GE e como tal alguma capacidade no âmbito do SIGINT.
- Na Força Aérea, existe no EMFA e dentro da Divisão de Informação, a Repartição de Informações e a Repartição de Contra-Informação. Possuem duas unidades específicas de pesquisa de informação no âmbito do IMINT. A Esquadra de Reconhecimento 123, equipada com Phantom RF-4C, e com a missão principal de reconhecimento táctico diurno e nocturno possuindo em terra uma equipa que se encarrega da revelação e interpretação do material recolhido pelas câmaras. A Esquadra 403, dotada de aviões Aviocar C-212 (TR-12) e Cessna Citation V (TR-20), tem como missão principal a obtenção de fotografias aéreas da superfície terrestre que servem de base para a elaboração da cartografia.

### **III. 4.     Holandês**

Na Holanda existem dois Serviços de Informações ao nível estratégico. A Agência de Informações e Segurança Nacional (BVD), na dependência do Ministro dos Assuntos Internos, dedica-se às informações internas e externas. A Agência de Informações Militares (MID), na dependência do Ministro da Defesa, que se dedica às informações estratégicas e operacionais militares assim como aos aspectos políticos, económicos e tecnológicos relacionados com a vertente militar. Ambas podem receber pedidos de pesquisa ou de informações de diversos ministérios. O MID possui uma Escola de Informações, a qual ministra formação nas seguintes áreas: Informações Militares (HUMINT, SIGINT e GE e IMINT), Contra Informação e Segurança Militar, Geografia Militar e Línguas.

Relativamente à Holanda, e embora fosse nosso desejo desenvolver mais as informações deste país, que possui bastantes similitudes com Portugal, tal não nos foi possível, em virtude da informação encontrada em sites da Internet, sobre as FA e os ramos, se encontrarem em holandês e não possuírem versão inglesa.

### **III. 5. Francês**

Em França, na dependência do PM, existe o Secrétariat General de la Defense Nationale (SGDN)<sup>49</sup>, que o apoia na direcção da política de defesa e orienta a pesquisa, coordenando a actividade dos vários serviços de Informações.

Os restantes serviços de informações, encontram-se sobre a tutela de dois Ministérios: o da Defesa e o do Interior. Na dependência do Ministério do Interior, existem vários serviços que trabalham no âmbito das Informações.

A Direction Central du Renseignement Généraux (DCRG), na dependência do Ministério do Interior, está encarregada da pesquisa e centralização da informação política, social e económica interna. Participa na defesa fundamental dos interesses do estado e apoia a missão da segurança interna. A DCRG no cumprimento das suas funções, efectua a monitorização das minorias sociais e raciais do território nacional, colaborando para tal com a dupla autoridade da Direcção da Policia Nacional e da administração local.

A Direction de la Surveillance du Territoire (DST), sobre a tutela do Ministério do Interior, é um serviço de segurança interna, sendo a sua principal função a pesquisa de informação nesse âmbito e monitorizando a evolução da situação das ameaças. Possui na sua organização departamentos que se ocupam das seguintes áreas: contra espionagem, segurança e protecção do património do estado, terrorismo internacional e protecção de certas actividades Francesas, consideradas essenciais ao seu desenvolvimento, nos domínios da economia, da ciência e da tecnologia.

---

<sup>49</sup> [www.defense.gouv.fr](http://www.defense.gouv.fr).

A Direction General de la Sécurité Extérieure (DGSE), subordinada ao Ministério da Defesa, é responsável pelas informações militares, bem como pelas informações estratégicas, informações electrónicas e contra-espionagem, quer internas quer externas.

A Direction du Renseignement Militaire (DRM) foi criada em 1992, para agrupar num estado-maior conjunto os serviços de informações militares franceses, que se encontravam dispersos pelos estados-maiores dos ramos.

Composto pelos militares dos três ramos, da Gendarmerie e da Delegação Geral para o Armamento assim como por civis, o DRM é um instrumento posto à disposição do Chefe de Estado-Maior das FA, estando sob as suas ordens, para o exercício das suas responsabilidades. Tem ainda a responsabilidade de fornecer informações aos EM dos diferentes ramos e aos comandos operacionais e territoriais. Tem autoridade junto das unidades de pesquisa de informação, definindo o emprego dos meios técnicos, efectua o processamento da informação e difunde as informações às entidades que as requisitaram, qualquer que seja o seu nível.

Em ligação com os estados-maiores dos ramos e com outros organismos ligados ao ministério da formação e especialização do pessoal, colabora directamente na gestão da formação na área das informações.

A Ecole Interarmées du Renseignement et des Etudes Linguistiques (EIREL) ministra formação na área das informações militares dos quadros dos três ramos e da gendarmerie. Esta formação compreende doutrina e metodologia comum, informações ao nível estratégico para os quadros chamados a servir no estrangeiro, formação complementar para observadores da ONU e analistas da DRM, ensino de línguas estrangeiras e participação nos estudos relativos à doutrina das informações e da pedagogia do ensino de línguas.

A Direction de la Protection et de la Securite de la Defense (DPSD), é a responsável pelas operações de contra-informação militar, bem como vigilância política dos militares, assegurando a reabilitação política das FA, e outros deveres da segurança militar.

O Service Central de la Sécurité des Systèmes d'Informations (SCSSI) é o responsável pela regulação do uso de sistemas de criptografia. Todos os

utilizadores desses sistemas necessitam de ser autenticados, sendo o SCSSI o serviço com esta competência.

No Exército, como unidade de pesquisa, existe a Brigada de Informações e GE (BIGE) que disponibiliza informações ao Ministério da Defesa e aos Comandos Militares no âmbito do HUMINT, SIGINT e IMINT. Possui inúmeras unidades, todas elas vocacionadas para a pesquisa de informação, das quais destacamos as suas unidades de reconhecimento (HUMINT), de pára-quedistas (HUMINT), transmissões (SIGINT e GE), artilharia (IMINT – UAV), recolha de informação (HUMINT – PSO) e de helicópteros (Localização através de RADINT). Pode ainda receber de reforço, outras unidades do tipo de operações especiais.

Na Força Aérea, como unidades de pesquisa existem 2 Esquadras de Reconhecimento Aéreo e a 54ª Esquadra de Informações Aéreas, as quais têm capacidades ao nível do SIGINT e do IMINT.

Na Marinha, existe um navio com a missão principal de pesquisa de informação no âmbito SIGINT, embora como sabemos a maior parte dos navios possuam equipamentos de GE, o que lhes atribui alguma capacidade nessa área.

#### IV. ANÁLISE

*“Por fim, não se deve esquecer que, da ligação tático-estratégica da actividade das informações, e da sua adequada conexão aos mecanismos de recolha de campo de batalha, nasce uma modernização, racionalização, poupança, e efectivação de estruturas militares, a aceleração e maior capacidade de emprego e desdobramento de forças, e a melhor integração e desempenho de componentes nacionais de forças multi-nacionais ou desempenho de componentes nacionais de forças multi-nacionais ou internacionais, permitindo em última análise, mais soberania ao decisor. É que a soberania é quantificável, na medida em que corresponder a conhecimento. Por outras palavras, ao poder do conhecimento.”*

Nuno Rogeiro in “Guerra em Paz”

##### IV. 1. Necessidades do Sistema de Informações Militares

Iniciamos este capítulo com um problema já detectado anteriormente no actual SIRP, e ao qual procuraremos dar resposta, por o acharmos essencial na solução do problema. A duplicação de atribuições da DIMIL e do SIEDM, embora seja um problema de solução política, somos do parecer que só com a existência de um Serviço de Informações Militares, o qual retiraria o D e M ao actual SIEDM, poderia resolver este problema. Como tal este reeditado SIM, embora o antigo na prática nunca tenha existido, deveria depender do MDN, ficando o remanescente do SIEDM, podendo designar-se por Serviço de Informações Estratégicas (SIE), na dependência do MNE. Poder-se-ia ainda, substituir o modelo exposto anteriormente, por outro, no qual se realizaria a fusão do SIS com o SIE, ficando este na dependência do MAI. Julgamos, embora sem a elaboração de um estudo aprofundado do problema, que este modelo embora relativamente ao SIM não coloque problemas, venha a colocar alguns problemas no que concerne às informações externas ficarem na dependência do MAI. Por fim, temos ainda a possibilidade mais provável da manutenção do actual SIRP, o qual pelas razões

expostas não serve da melhor maneira a necessidade das informações militares. O SIM deve possuir a capacidade de integrar toda a informação militar, desde a de nível estratégico ao nível tático, visto esta classificação ser definida pela categoria dos objectivos a atingir e não pelo nível das unidades ou órgãos que efectuem a pesquisa da informação.

Em resumo, a principal necessidade do Sistema de Informações Militares será a individualização de um SIM. Esta alteração ao actual SIRP, depende do poder político, sendo no entanto essencial para a sua real estruturação e operacionalidade.

#### ***IV.1.1. Unidade ou Unidades de Informações militares***

A necessidade da existência de unidades de informações militares, que elaborem a pesquisa de informação, é essencial para o alimentar do serviço de informações militares. Embora todas as unidades militares e até um militar isolado, se constituam como órgãos de pesquisa, evidentemente ao nível da pesquisa encoberta e da pesquisa que necessite recorrer a meios tecnologicamente muito avançados<sup>50</sup>, existe a necessidade de unidades especializadas.

Embora a necessidade de Unidades especializadas na pesquisa de Informações, após o explanado anteriormente, nos pareça evidente, mais discutível é a sua inserção no Sistema de Informações Militares. Existem fundamentalmente duas possibilidades. A primeira é a de existir ao nível de um EM conjunto, uma mega-unidade de informações, a qual pode estar integrada no serviço de informações militares ou depender dele funcionalmente, que efectue a pesquisa em todo o espectro das informações, elabore o seu processamento e a difunda. A segunda possibilidade é a de existirem várias unidades distribuídas pelos ramos com atribuições específicas de pesquisa, como seja no âmbito do HUMINT, do SIGINT ou do IMINT. Estas unidades devem possuir ainda a capacidade de processamento e difusão das informações, ou poderá existir outra

---

<sup>50</sup> Como é o caso do SIGINT e IMINT.



unidade com essa capacidade, difundindo então as informações aos órgãos de que funcionalmente depende.

Quanto aos órgãos de EM, estes não devem empreender nem a pesquisa, nem o processamento, devendo sim estudar, planear, organizar e coordenar as actividades de informações<sup>51</sup> e contra-informação militares, e difundir as normas técnicas, os planos e as directivas que orientem e determinem as acções a realizar no âmbito das suas áreas de responsabilidade tendo como objectivo final o apoio à decisão do Cmdt de um determinado nível. Na sua dependência deverão estar as unidades de informações, anteriormente descritas, as quais alimentarão com informações os órgãos de informações de um EM, quer directamente, quer através do canal hierárquico.

#### ***IV.1.2. Formação e especialização na área das Informações***

A necessidade de formação é na actualidade uma necessidade em todas as áreas de actividade humana, não sendo as informações uma excepção. As informações, principalmente na fase da pesquisa e do processamento, utilizam equipamentos que, devido ao seu avançado tecnicismo, não possibilita com uma formação única e genérica, habilitar um militar a trabalhar na grande diversidade de áreas das informações na actualidade. Como tal, nos dias de hoje para além da necessidade de uma formação de base única e genérica, tornam-se necessárias formações específicas posteriores, que habilitem os militares a trabalhar especificamente numa área ou com um equipamento específico.

Como situação ideal, consideramos que seria a formação desde os bancos da Academia e da Escola de Sargentos, com a criação de um novo Serviço, o Serviço de Informações, que formaria pessoal única e exclusivamente para trabalhar nessa área. Consideramos esta situação um pouco utópica e de difícil concretização a curto prazo,

---

<sup>51</sup> Orientar o esforço da pesquisa.

não tendo no entanto qualquer dúvida que esse é o caminho do futuro.

A curto prazo, urge a necessidade da criação de uma escola de informações, a qual poderá possuir dois desenhos face à estrutura do sistema de informações. Ou seja, caso o serviço de informações militares estejam mais centralizados ao nível do EM conjunto, esta escola estará na dependência do Serviço de Informações Militares e ministrará formação genérica e específica. Na outra situação, cada ramo será responsável por ministrar formação numa determinada área<sup>52</sup>, a todos os militares das FA que dela necessitem.

#### ***IV.1.3. Definição da área de responsabilidade***

A definição precisa das áreas de responsabilidade dos serviços de informações torna-se essencial para as suas actuações. Para tal, deveria existir um serviço de informações na dependência do PM, que designaremos como Agência Nacional de Informações (ANI), com a missão de: coordenar e orientar o esforço de pesquisa dos vários serviços, centralizar toda a informação produzida e apoiar com informações a tomada de decisão ao nível político.

A definição de responsabilidades torna-se primordial na fase da pesquisa, evitando assim a duplicação de recursos no esforço de pesquisa e evitando os conflitos entre os serviços. Na fase do processamento e difusão, não se torna imperiosa esta definição, visto poder haver a necessidade de integrar assuntos de outras áreas, que tenham implicações na área do estudo.

O sistema de informações militares, actualmente inexistente, deveria ter apenas a atribuição de responsabilidade de pesquisa na área estritamente militar do nível operacional e tático. Todas as outras informações necessárias para a elaboração dos estudos, que sejam de nível estratégico, ou que não sejam informações militares, mas com implicações nessa área, deverão ser pedidos aos outros serviços de

---

<sup>52</sup> Para a qual esteja mais vocacionada, fruto dos tipos de unidades que o ramo possua.

informações. Ou seja, é necessário que a informação circule não só longitudinalmente, mas também transversalmente entre os serviços de informações. Só com uma cooperação estreita nas actividades dos vários serviços, se poderão evitar as habituais intromissões nos assuntos alheios, pela facilidade de acesso às informações inter-serviços, mediante o pedido das mesmas.

#### **IV. 2. Modalidades de Acção**

Com base nas necessidades levantadas, procuraremos levantar algumas MA para o Sistema de Informações Militares, sem sermos exaustivos no detalhe da sua estrutura, o que exigiria um estudo mais detalhado. Pretendemos com o levantamento das MA apontar vários caminhos possíveis de reestruturação do Sistema de Informações Militares. Existirão seguramente outras MA por levantar, vislumbrando apenas as hipóteses de MA híbridas das por nós levantadas. Essas MA, para além de encerrarem um sistema confuso de dependências, irão certamente provocar descoordenações e demoras no funcionamento do Sistema, sendo por isso ignoradas.

##### **IV.2.1. *Características comuns das modalidades de acção***

As MA possuem um conjunto de medidas a implementar que considerámos ou de importância crucial, e como tal comum às MA, ou situações de difícil alteração a curto prazo e como tal consideradas como características comuns à partida.

As características comuns por nós consideradas são as seguintes:

- O actual SIRP mantém-se em vigor;
- A Criação da Escola de Informações Militares;
- A Criação de Unidade de Informações Militares Conjunta ou o desenvolvimento das unidades de informações militares existentes com capacidade nas áreas das informações, contra-informação e segurança militar;
- Reforço dos recursos humanos, materiais e financeiros de todo o Sistema;

- Possibilidade do Sistema de Informações Militares recorrer à pesquisa encoberta, ao Reconhecimento das Transmissões e à elaboração de Bases de Dados Pessoais.

**IV.2.2. *Modalidade de Acção nº 1 (MA1) – Manutenção do Sistema de Informações Militares existente (EMGFA e Ramos), reestruturando-o com a implementação das características comuns enunciadas.***

Esta MA é um modelo característico de FA com grande peso estrutural nos ramos. Relativamente à Escola de Informações a MA 1, praticamente obriga a adopção do desenho de escola dispersa pelos vários ramos. Tem como principal vantagem o aproveitamento da estrutura já existente, evitando as grandes reestruturações, sempre difíceis na instituição militar.

Como desvantagens possui as seguintes:

- Dificuldade de coordenação das actividades do Sistema de Informações Militares;
- Demora na circulação das informações devido à existência de muitos patamares;
- Custo de funcionamento superior, devido à duplicação de algumas funções.

**IV.2.3. *Modalidade de Acção nº 2 (MA2) – Reestruturação das unidades de informações dos ramos, ficando estas na dependência funcional do EMGFA (DIMIL).***

Nesta MA as unidades de informações manter-se-iam nos ramos, ficando em termos funcionais, directamente na dependência do EMGFA (DIMIL). Possibilita a adopção quer do modelo de escola centralizada ao nível EMGFA quer dispersa pelos ramos. A MA 2 é adoptada por países que possuem um EM Conjunto em funcionamento permanente.

Tem como principais vantagens:

- Maior facilidade de coordenação;
- Facilidade de ligação entre as unidades de informações e a DIMIL.

Possui a desvantagem da duplicação de funções devido à dispersão pelos ramos, o que provoca implicações nos custos finais do funcionamento do Sistema.

**IV.2.4. Modalidade de Acção nº3 (MA3) – Fusão das principais unidades de informações existentes nos vários ramos e criação de uma unidade de Informações Militares Conjunta, na dependência do EMGFA (DIMIL).**

A MA 3 obriga à existência de um EM Conjunto em funcionamento permanente, e com os ramos a preocuparem-se exclusivamente com o aprontamento das unidades com vista a um emprego conjunto. A unidade de informações das FA terá forçosamente na sua dependência a escola de informações militares, iniciando-se indubitavelmente o caminho para a criação de um serviço informações nas FA, com a formação base dos seus militares na Academia e na Escola de Sargentos. Quanto à fusão das unidades de informações, referimo-nos especificamente ao BISM, ao CENDOP e ao CAM. Quanto às restantes unidades com grande afinidade à actividade de Informações, manter-se-iam nos respectivos ramos, devido à especificidade dos seus equipamentos e da formação do seu pessoal. São exemplo do explanado anteriormente, as unidades de OE, de Reconhecimento, e no fundo todas as unidades militares, bem como os Navios, Submarinos e Aeronaves. Para que a ligação entre as unidades dos ramos e a unidade de informações flua rápida e livremente, existe a necessidade do estabelecimento de um canal próprio, o canal de informações.

As principais vantagens da MA 3 são:

- Fácil coordenação;
- Rápida circulação de informação;
- Redução dos custos de funcionamento

Como desvantagem temos um elevado custo inicial para a implementação da unidade, com a criação de infra estruturas, aquisição de equipamentos e formação dos militares no estrangeiro.

#### ***IV.2.5. Comparação das MA***

A MA 1 é a que possibilita a criação mais fácil de um Sistema de Informações Militares funcional, não alterando a estrutura vigente, sendo apenas necessário a implementação das medidas preconizadas nas características comuns. Por ordem crescente de dificuldade de criação do Sistema, posiciona-se a MA2, seguida da MA3, pelo grau crescente de alterações à estrutura actual.

A MA3 é a que garante uma mais fácil coordenação das actividades do Sistema de Informações Militares, facilitando a circulação das informações.

A MA 2 e a MA1, por ordem crescente de dificuldade, são as que pior garantem a coordenação e a facilidade de circulação de informações.

A MA3 é a mais económica a longo prazo, embora na fase de implementação do Sistema ser bastante dispendiosa, visto não subsistirem a duplicação de funções e existirem um menor número de patamares hierárquicos na circulação das informações. Por ordem crescente de custo de funcionamento, situam-se a MA1 e a MA2.

## CONCLUSÕES

Procuraremos nestas conclusões, responder à questão central e às questões derivadas levantadas no início deste trabalho, com base no já explanado.

Actualmente, a tónica comum a todas as organizações assenta na máxima rentabilização dos meios e investimentos, reduzindo o peso orçamental, através do recurso a novas tecnologias e à optimização de estruturas.

Por outro lado, os chefes militares necessitam do acesso oportuno às informações disponíveis por forma a poderem consubstanciar as suas decisões, não podendo dispensar a existência de um serviço de informações militares. A estes mais do que a posse de unidades de informações, interessa o acesso às informações.

Se ao dito anteriormente, juntarmos o actual emprego conjunto dos meios na nova conflitualidade, parece-nos inexequível a existência de meios de pesquisa, processamento e produção de Informações nos três ramos das FA e no EMGFA.

Como tal, somos do parecer que um sistema que concentre todas estas actividades e programe e coordene as actividades de pesquisa das unidades específicas dos ramos será certamente mais eficaz, reduzindo os encargos orçamentais e disponibilizando pessoal e meios de apoio ao seu funcionamento. A integração dos meios terrestres, navais e aéreos convergirá seguramente para a obtenção de mais precisão nas informações, levando a uma melhor tomada de decisão, o que facilitará o atingir dos objectivos comuns.

A definição das atribuições de pesquisa do Sistema de Informações Militares, com o actual SIRP, deverá consignar-se apenas a assuntos de âmbito militar de nível inferior ao estratégico, ficando dependente para aquisição de informações a esse nível do SIEDM e da NATO. Todas as outras informações necessárias, quer militares do nível estratégico (SIEDM e NATO), quer de outras áreas mas com implicações militares (SIEDM e SIS), deverão ser pedidas aos outros serviços de informações com atribuições nessas áreas.

A natureza multidimensional, assimétrica e difusa das novas ameaças, obrigam a um grande esforço de pesquisa e processamento o que aliado ao progresso tecnológico dos equipamentos e ao crescente desenvolvimento de métodos e doutrina das informações, não possibilitam a entrega desta tarefa a amadores. Torna-se assim urgente a formação específica para quem trabalha nesta área, impondo-se a criação de uma Escola de Informações Militares. Esta pode ser implementada num dos dois modelos já referidos,

parecendo-nos que o modelo de escola centralizada possua mais vantagens. Uma outra possibilidade é iniciar-se desde já a criação de cursos em cada um dos ramos, das áreas em que são detentores de melhores conhecimentos, com o óbvio aproveitamento dos cursos já existentes, para posteriormente se constituir a escola ao nível das FA, com a reunião dos conhecimentos e experiências de cada ramo.

Quanto à estrutura do Sistema de Informações Militares, somos do parecer que os órgãos de informações de EM ao mais diversos níveis, se deveriam cingir aos estudos e planeamento, por forma a elaborar os pedidos de pesquisa, e apoiar em informações o Cmdt de que dependem. Quanto à unidade de informações, que como vimos deverá depender do EMGFA e com dependência funcional da DIMIL, necessita de possuir capacidade de pesquisa, processamento e difusão. Apresentamos de seguida uma possível estrutura, que embora nos pareça possuir todas as áreas necessárias ao funcionamento de uma unidade de informações militares, não foi consubstanciada com um estudo aprofundado, não podendo por isso ser mais do que uma referência que possibilita a identificação das principais necessidades. Sendo assim, a estrutura da unidade de informações militares que propomos é a seguinte:

- Comando;
- Célula de processamento e análise de todas as fontes (com sub-células especializadas nas áreas geográficas de interesse e especialistas de cada ramo);
- Célula de pesquisa e processamento HUMINT;
- Célula de pesquisa e processamento SIGINT;
- Célula de pesquisa e processamento IMINT;
- Célula para ligação aos Adidos de Defesa;
- Célula de Contra-Informação e Segurança Militar;
- Escola de Informações Militares;
- Sub-unidade de apoio (com grande capacidade de comunicações).

Esta unidade deverá possuir a capacidade de constituir células de informações para apoio a missões das FA, as quais serão desenhadas especificamente para a prestação de apoio às forças empenhadas.

A criação de um Canal de Informações, que possibilite a ligação directa entre as unidades militares dos ramos e a unidade de informações das FA, para assuntos no âmbito das Informações, Contra-informação e Segurança Militar, torna-se essencial. Primeiro, para que os pedidos de pesquisa sejam efectuados sem demora a quem esteja melhor



posicionado ou possua melhores capacidades técnicas, segundo, para que em tempo quem necessite de processar a informação a disponha, possibilitando por último, a sua difusão oportuna para quem necessita de decidir.

## PROPOSTAS

Respondidas a questão central e as questões derivadas, e respondidas ainda outras que surgiram durante a realização deste trabalho, resta-nos o apontar o caminho que segundo o nosso parecer, contribua para a criação de um Sistema de Informações Militares eficaz.

Para tal consideramos ser o modelo descrito na MA 3, ou seja a **Fusão das principais unidades de informações existentes nos vários ramos e criação de uma unidade de Informações Militares Conjunta, na dependência do EMGFA (DIMIL)**, o que melhor garantirá as necessidades em Informações de todas as FA.

Os principais critérios que contribuíram para a escolha da MA 3 foram o custo orçamental de funcionamento inferior e a eficácia de funcionamento pela facilidade de coordenação das actividades e pela agilidade nas ligações entre a unidade de informações e os órgãos de pesquisa.

Sendo urgente o início da reestruturação nesta área, uma das possibilidades de implementação da MA 3, é o da sua concretização faseada. Numa primeira fase, aplicar-se-ia o preconizado na MA 1, ou seja a **Manutenção do Sistema de Informações Militares existente (EMGFA e Ramos)**, mas com o desenvolvimento das capacidades das unidades e da formação específica na área das Informações pelos ramos, nunca perdendo de vista ao longo de todo o processo que o objectivo a atingir é a MA 3. Numa 2ª fase, efectuar-se-ia a aplicação da MA 2, ou seja a **Dependência funcional do EMGFA (DIMIL) das unidades de informações dos ramos**, a qual necessitaria à priori da transformação do EMGFA num EM Conjunto em permanência, ficando os ramos apenas com a atribuição do aprontamento de forças. Por fim, seria implementada a MA 3, com a constituição da unidade de informações militares conjunta, com uma estrutura semelhante à anteriormente descrita nas conclusões.

Numa fase posterior, e mediante a sensibilização e proposta ao poder político, influenciar a alteração da actual estrutura do SIRP, com a individualização de um Serviço de Informações Militares na dependência do MDN e com ligações funcionais aos órgãos e unidades militares no âmbito das informações, com a atribuição de pesquisa, processamento e difusão de Informações desde o nível estratégico ao nível tático. Esta alteração ao SIRP, justifica-se com o início da actividade de um sistema de informações militares, ao qual é impossível delimitar a área de pesquisa, cingindo-o apenas ao nível

tático e operacional, pois durante a pesquisa a informação adquirida poderá ter interesse a mais de um nível, incluindo o estratégico, ou até ter especial interesse apenas a esse nível. Caso não se efectue esta alteração ao SIRP, torna-se bastante provável a interferência da unidade de informações militares conjunta nas atribuições de pesquisa do SIEDM e vice-versa. O SIEDM, ao perder a componente de defesa e militar, e transformando-se em SIE, perde todo o nexo continuar na dependência do MDN, devendo passar para a dependência do MNE. Com esta nova estrutura do SIRP, revela-se fundamental a existência da ANI na dependência do PM e já descrita anteriormente. A ANI deverá efectuar a coordenação e orientação do esforço de pesquisa, evitando assim as interferências dos vários serviços, nas actividades atribuídas a outro.

Com esta versão final do Sistema de Informações Militares, o qual é bastante semelhante à da Lei-Quadro nº30/84 do SIRP, somos do parecer que Portugal e as suas FA sairiam beneficiadas na sua capacidade de tomada de decisão no âmbito militar.

Com o presente trabalho, não temos a utopia de pensar que o assunto se encontra esgotado e muito menos que esteja encontrada a solução final para o problema. Pelo contrário, pensamos que se torna necessário efectuar uma análise mais profunda acerca da maioria dos assuntos, tendo apenas apontado algumas recomendações e orientações possíveis. Com esta investigação, pretendemos fundamentalmente sensibilizar todos quanto a lerem da necessidade imperiosa da existência de um Sistema de Informações Militares, que permita a quem necessita de tomar decisões a posse da ferramenta necessária, para que o possa efectuar em consciência.

**BIBLIOGRAFIA****Livros:**

- AAVV, Elementos sobre a doutrina da Informação Estratégica, Publicação do MDN
- AAVV, L'Armée de l'ombre – Le Renseignement Militaire de L'Armée de Terre, BBK Edition, France, 2000
- AAVV, Preparing for the 21st Century – An Appraisal of U.S. Intelligence, Commission on the Roles and Capabilities of the U.S. Intelligence Community, Washington D. C., 1996
- CARDOSO, Pedro (General), As Informações em Portugal, “ Nação e Defesa”, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1980
- CARDOSO, Pedro (General), Arcana Praxis na actividade do Estado, IDN, 1996
- CARDOSO, Pedro (General), As Informações em Portugal, IDN, 1995
- CARVALHO, Virgílio de, Estratégia Global e subsídios para uma Grande Estratégia Nacional, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1986
- COUTO, Abel Cabral (General), Elementos de Estratégia, Apontamentos para um Curso, Volume I, Lisboa, IAEM, 1988
- KENNEDY, William V. (Col), The Intelligence War, Salamander Books, London, UK, 1983
- ROGEIRO, Nuno, Guerra em Paz – A Defesa Nacional na Nova Desordem Mundial, Hugin Editores, 2002
- SANTOS, Loureiro dos (General), Reflexões sobre Estratégia, Temas de Segurança e Defesa, Mem Martins, Publicações Europa – América, 2000

SERRA, Paula, DINFO - As Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998

TZU, Sun, A Arte da Guerra, Lisboa, Editorial Futura, 1974.

#### **Manuais:**

AAVV, Field Manual 3.0 – Operations, Washington D.C., Department of the Army, 2001.

AAVV, Field Manual 34.1 - Intelligence and Electronic Warfare, Washington D.C., Department of the Army, 1994.

AAVV, Manual de Informações, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1979

AAVV, NC 70-10-15, O Novo Ambiente Estratégico, Lisboa, IAEM, 1994

AAVV, Regulamento de Campanha - Informações, Volume I, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1966

PINTO, Renato Marques (MGen), Sistemas de Informações Estrangeiros, Lisboa, SIS, 1989.

#### **Publicações Periódicas:**

PINTO, Renato Marques, As Informações na Idade da Informação, “Revista Militar”, Lisboa, nº 2391, Abril 2001, pg. 287 a 316.

CARDOSO, Pedro (General), As Informações em Portugal, Revista Nação e Defesa 76/80, IDN 1980

CARDOSO, Pedro (General), As ameaças e os riscos aos interesses vitais europeus, possíveis áreas de pesquisa e cenários de crises potenciais, Edição da Revista Nação e Defesa “A Conferência Intergovernamental de 1996”, IDN 1996

O'BRIAN, Kevin A., Europe weighs up intelligence options, Jane's Intelligence, Volume 13 number 3, March 2001

**Monografias:**

ALMEIDA, João Paulo de, O Sistema de Informações como Instrumento da Estratégia Total. O Caso Português, TILD do CEM 00-02, IAEM, Lisboa, 2002.

AUGUSTO, José Carlos Cordeiro, As Informações Militares e a sua inserção no sistema de Informações Nacional, que adaptações a introduzir, TILD do CEM 96-98, IAEM, Lisboa, 1997.

RODRIGUES, Carlos Manuel Cordeiro, O Sistema de Informações Táticas em apoio às Forças Terrestres. Necessidades, Estrutura e Funcionamento, TILD do CEM 97-99, IAEM, Lisboa, 1998.

**Internet:**

[educom.sce.fct.unl.pt/proj/por-mares/sonho-cor-de-rosa.htm](http://educom.sce.fct.unl.pt/proj/por-mares/sonho-cor-de-rosa.htm) - Consultado em 11NOV02.

[www.exercito.pt](http://www.exercito.pt) – Consultado entre 03OUT02 e 07OUT02.

[www.emfa.pt](http://www.emfa.pt) – Consultado entre 03OUT02 e 07OUT02.

[www.fas.org/](http://www.fas.org/) - Consultado entre 05OUT02 e 15NOV02.

[www.mde.es/mde/intro.htm](http://www.mde.es/mde/intro.htm) - Consultado em 19NOV02.

[www.defense.gouv.fr](http://www.defense.gouv.fr) – Consultado em 20NOV02.

**Propostas:**

AAVV, Proposta de QO da Companhia de Informações Militares, Divisão de Operações/ EME, 2000.

**Legislação:**

Centro Nacional de Inteligência (Espanha)

Ley 11/2002, de 6 de Mayo, reguladora del Centro Nacional de Inteligência

Constituição da República Portuguesa

Estado-Maior do Exército

Directiva nº263/ CEME / 01 de 19 de Dezembro

Extinção da DINFO

Decreto Lei nº 158/98 de 24 de Julho

Gabinete Coordenador de Segurança

Decreto Lei 61/88 de 27 de Fevereiro

Decreto Lei 51/96 de 16 de Maio

Decreto Lei 149/2001 de 07 de Maio

Instruções para a Segurança Nacional (SEGNAC)

SEGNAC 1 – Resolução do Conselho de Ministros nº 50/88

SEGNAC 4 – Resolução do Conselho de Ministros nº 5/90

Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

Lei nº 29/82 de 11 de Dezembro

Lei de Segurança Interna

Lei 20/87 de 12 de Junho

Lei 8/91 de 1 de Abril

Lei Orgânica do EMGFA

Decreto Lei nº 48 / 93 de 26 de Fevereiro

Regime Jurídico das acções encobertas para fins de prevenção e investigação criminal

Lei nº 101/ 2001 de 25 de Agosto

Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

Decreto Lei nº 224/85 de 4 de Julho

Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares

Decreto Lei nº 254/95 de 30 de Setembro

Serviço de Informações de Segurança

Decreto Lei nº 225/85 de 4 de Julho

Decreto Lei nº 369/91 de 7 de Setembro

Decreto Lei nº 245/95 de 14 de Setembro

Serviço de Informações Militares

Decreto Lei nº 226/85 de 4 de Julho

Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP):

Lei 30/84 de 5 de Setembro

Lei 4/95 de 21 de Fevereiro

Lei 15/96 de 30 de Abril

Lei 75-A/97 de 22 de Julho

**Entrevistas:**

ALVES,          Fernando (Maj), BISM, Lisboa, 23 de Outubro de 2002.

BENTO,          José Manuel (TCor), BISM, Lisboa, 23 de Outubro de 2002.

BIGODINHO, João (TCor), RepInfMil/COFT, Lisboa, 24 de Outubro de 2002.

CARDOSO,      Vizela (TenGen), IAEM, Lisboa, 18 Novembro de 2002.

FREITAS,      Pratas (CapTen), CENGE, Lisboa, 29 de Outubro de 2002.

MACHOQUEIRO, Victor (Cap), EMFA, Lisboa, Lisboa, 30 Outubro de 2002.

MARCOS,      Brás (Cor), DIM/EME, Lisboa, 2 de Outubro de 2002.

MARQUES,      António Rebelo (TCor), DIMIL, Lisboa, 24 de Outubro de 2002.

MENDES,      Vítor (Cap), BISM, Lisboa, 23 de Outubro de 2002.



POLICARPO, Luís (CapTen), DivInfMil/CN, Lisboa, 6 de Novembro de 2002.

TELES, João Sousa (TCor), DIM/EME, Lisboa, 20 de Novembro de 2002.

ZILHÃO, Jorge (TCor), DIMIL, Lisboa, 29 de Outubro de 2002.

## ANEXO A

### O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA<sup>1</sup>

A Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) atribui aos serviços de informações o encargo de assegurar, no respeito da Constituição e da Lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e da segurança interna. Encontra-se regulado pela Lei nº 30/84, de 5 de Setembro. Esta lei foi alterada pelas Leis nº 4/95, de 21 de Fevereiro, 15/96, de 30 de Abril, e 75-A/97, de 22 de Julho.

Para o SIRP concorrem as informações recolhidas por dois serviços com âmbitos funcionais diferentes:

- Serviço de Informações de Segurança (SIS);
- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM).

O SIS é o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e da prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

O SIEDM é o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais, da segurança externa do Estado Português, para o cumprimento das missões das Forças Armadas e para a segurança militar.

O SIS e o SIEDM dependem do Primeiro-Ministro, o primeiro através do Ministro da Administração Interna e o segundo através do Ministro da Defesa Nacional.

As actividades desenvolvidas no âmbito do SIRP obedecem a diversos princípios dos quais se destacam:

- o princípio do respeito pela Constituição e pela lei;
- o princípio do respeito pelos direitos, liberdades e garantias;
- o princípio da legalidade das atribuições e competências (as finalidades do SIRP realizam-se exclusivamente mediante as atribuições e competências dos serviços previstos na Lei Quadro do SIRP);

---

<sup>1</sup> Maj Eng João Paulo de Almeida, O Sistema de Informações como Instrumento da Estratégia Total. O Caso Português, TILD CEM 00-02, Anx B.

- o princípio da especificidade das atribuições ( cada serviço só pode desenvolver as actividades de pesquisa e tratamento das informações respeitantes às suas atribuições específicas, não podendo envolver-se em áreas alheias);
- o princípio da limitação do âmbito de actuação ( os funcionários ou agentes do SIS e do SIEDM não podem exercer poderes, praticar actos ou desenvolver actividades do âmbito de competência dos tribunais ou das entidades com funções policiais, sendo expressamente proibido procederem à detenção de indivíduos ou à instrução de processos penais);
- o princípio da exclusividade (é proibido que outros serviços prossigam actividades e objectivos idênticos aos previstos na Lei Quadro do SIRP);
- o princípios do sigilo e do segredo de Estado (os funcionários ou agentes dos serviços de informações são obrigados a guardar um rigoroso sigilo sobre as informações a que tiverem acesso; as informações relacionadas com a actividade do SIS e do SIEDM são protegidas por segredo de Estado).

A estrutura orgânica do SIRP articula-se do seguinte modo:

- a Assembleia da República (AR) elege os membros do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações (CFSI) e procede à audição, em sede de comissão parlamentar, dos indigitados para os cargos de Director Geral do SIS e do SIEDM;
- o Primeiro Ministro coordena a actividade dos serviços de informações, preside ao Conselho Superior de Informações (CSI) e informa o Presidente da República;
- a acção do Primeiro Ministro é coadjuvada pelo Conselho Superior de Informações;
- o Conselho Superior de Informações é assessorado, em permanência, por uma Comissão Técnica (CT);
- a Comissão Técnica é presidida pelo respectivo Secretário Geral;
- o SIS depende do Primeiro Ministro através do Ministro da Administração Interna;
- o SIEDM depende do Primeiro Ministro através do Ministro da Defesa Nacional;
- o Procurador Geral da República escolhe os membros da Comissão de Fiscalização dos Centros de Dados.

A Lei Quadro do SIRP descreve mais pormenorizadamente as atribuições das seguintes entidades: Primeiro Ministro, Conselho Superior de Informações, Comissão Técnica, Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações e Comissão de Fiscalização dos Centros de Dados. Essas atribuições são as que de se seguida se descrevem:

### **Primeiro Ministro**

Ao Primeiro Ministro compete, no quadro do SIRP o seguinte:

- informar o Presidente da República acerca dos assuntos referentes à condução da actividade dos serviços de informações;
- presidir ao Conselho Superior de Informações;
- nomear e empossar o Secretário Geral da Comissão Técnica;
- coordenar e orientar a actividade dos serviços de informações, através dos ministros responsáveis (o Ministro da Administração Interna, no caso do SIS e o Ministro da Defesa Nacional, no caso do SIEDM);
- resolver, ouvido o Conselho Superior de Informações, os conflitos de competência surgidos no âmbito de actuação dos serviços de informações;
- exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Lei Quadro do SIRP.

No quadro do SIS e do SIEDM:

- aprovar o plano anual de actividades do SIS e as suas alterações;
- aprovar o relatório anual de actividades a submeter ao Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações;
- elaborar directrizes e instruções sobre actividades a desenvolver pelo SIS.

Todas estas competências podem ser delegadas no Ministro da Administração Interna (caso do SIS) e no Ministro da Defesa (no caso do SIEDM).

### **O Conselho Superior de Informações**

O Conselho Superior de Informações é o órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações.

Sob a presidência do Primeiro Ministro, o Conselho Superior de Informações é composto por:

- Vice Primeiros Ministros, se os houver;
- Ministros de Estado e da Presidência, se os houver;
- Ministro da Administração Interna;
- Ministro da Defesa Nacional;
- Ministro da Justiça;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Ministro das Finanças;
- Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores;
- Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira;

- Presidente do Governo Regional da Madeira;
- Presidente do Governo Regional dos Açores;
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;
- Director-Geral do SIS;
- Director-Geral do SIEDM;
- Secretário-Geral da Comissão Técnica.

O Conselho Superior de Informações tem as seguintes competências:

- aconselhar e coadjuvar o Primeiro-Ministro na coordenação dos serviços de informações;
- pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos em matéria de informações pelo Primeiro Ministro ou, com autorização deste, por qualquer dos seus membros;
- propor a orientação das actividades a desenvolver pelos serviços de informações.

O Conselho Superior de Informações é assessorado, em permanência, pela Comissão Técnica.

### **A Comissão Técnica**

A Comissão Técnica é um órgão que funciona junto do Conselho Superior de Informações, assessorando-o em permanência.

A Comissão Técnica é composta pelo Secretário Geral da Comissão Técnica, Director Geral do SIS, Director Geral do SIEDM.

Compete à Comissão Técnica:

- coordenar tecnicamente a actividade dos serviços, de acordo com as orientações do Conselho Superior de Informações;
- emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelo Conselho Superior de Informações.

A Comissão Técnica é presidida por um Secretário Geral, que dispõe das seguintes competências:

- assegurar o apoio funcional necessário aos trabalhos do Conselho Superior de Informações;
- garantir a articulação entre a Comissão Técnica e os outros órgãos ou serviços do SIRP;
- transmitir informações às entidades que lhe forem indicadas pelo Primeiro Ministro;
- desenvolver a sua actividade, elaborar estudos e preparar documentos, de acordo com as orientações e determinações do Primeiro Ministro.

## **O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações**

O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações é o órgão de controlo dos serviços de informações.

O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações acompanha e fiscaliza a actividade dos serviços de informações velando pelo cumprimento da Constituição e da lei, particularmente do regime de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

É composto por três cidadãos de reconhecida idoneidade e no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, eleitos pela Assembleia da República por voto secreto e maioria qualificada dos deputados.

O mandato dos membros do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações é de quatro anos e só pode ser interrompido por deliberação da Assembleia da República, tomada nos mesmos termos da eleição.

A Lei Quadro do SIRP não se limita a atribuir ao Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações competência genérica para exercer a fiscalização dos serviços de informações. Essa competência de fiscalização é regulada com mais pormenor, atribuindo-se ao Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações o poder de:

- o apreciar os relatórios de actividades do SIS e do SIEDM;
- receber do Director Geral do SIS e do Director Geral do SIEDM, com regularidade bimensal, lista integral dos processos em curso, podendo solicitar e obter os esclarecimentos complementares que julgue necessários;
- conhecer, junto do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, os critérios de orientação governamental dirigidos à pesquisa de informações;
- obter do Conselho Superior de Informações e da Comissão Técnica os esclarecimentos sobre questões de funcionamento do SIRP;
- efectuar visitas de inspecção ao SIS e ao SIEDM;
- solicitar elementos constantes do Centro de Dados do SIS ou do Centro de Dados do SIEDM;
- emitir pareceres, com regularidade mínima anual, sobre o funcionamento dos serviços de informações, a apresentar à Assembleia da República;
- propor ao Governo a realização de inspecções, inquéritos ou a aplicação de sanções;
- pronunciar-se sobre quaisquer iniciativas legislativas que tenham por objecto o SIRP ou sobre os modelos de organização e gestão administrativa, financeira e de pessoal do SIS e do SIEDM.

Além disso, o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações acompanha as modalidades de permuta de informações entre serviços e aprecia os relatórios de actividades do trabalho de informação operacional específica das Forças Armadas (extensão da sua competência de fiscalização às FA, ou seja à DIMIL).

### **A Comissão de Fiscalização dos Centros de Dados**

Os centros de dados do SIS e do SIEDM estão sujeitos ao controlo de uma Comissão de Fiscalização, constituída por três magistrados do Ministério Público.

Os membros da Comissão de Fiscalização dos Centros de Dados (CFCD) são designados e empossados pelo Procurador Geral da República e, entre eles, elegem o respectivo presidente.

A fiscalização dos centros de dados exerce-se através de verificações periódicas dos programas, dados e informações, fornecidos sem referência nominativa, por amostragem. Se, porventura, a Comissão verificar que alguma informação contida nos centros de dados envolve violação dos direitos, liberdades e garantias, deve ordenar o seu cancelamento ou rectificação e, se for caso disso, exercer a correspondente acção penal.

Quando, no decurso de um processo administrativo ou judicial, se verificar qualquer erro ou irregularidade nos dados, a entidade processadora fica obrigada a dar conhecimento à CFCD.

Quaisquer irregularidades ou violações verificadas nos centros de dados devem ser comunicadas pela Comissão, através de relatório, ao Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.

Qualquer cidadão pode, sem prejuízo de outras garantias legais, requerer à comissão de fiscalização do centro de dados que proceda às verificações necessárias e ordene o seu cancelamento ou a rectificação dos que se mostrarem incompletos ou erróneos.

### **Os Conselhos Consultivos do MAI e do MDN**

Não referido na lei quadro do SIRP, mas sim nas leis orgânicas do SIS e do SIEDM são criados os Conselhos Consultivos do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Defesa, como órgãos consultivos.

Os Conselhos Consultivos têm como competência principais as seguintes:

- aconselhar na tomada de decisões, em matéria de informações;
- propor a adopção de medidas adequadas à centralização, exploração e utilização de toda a informação que interesse à prossecução dos objectivos do SIS ou SIEDM.

- Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe forem submetidos em matéria de informações de segurança interna (SIS) e informações estratégicas de defesa e militares (SIEDM).

As medidas propostas por este órgão, no referente a entidades exteriores ao ministério respectivo, carecem de prévia concordância do PM para efeito de implementação.

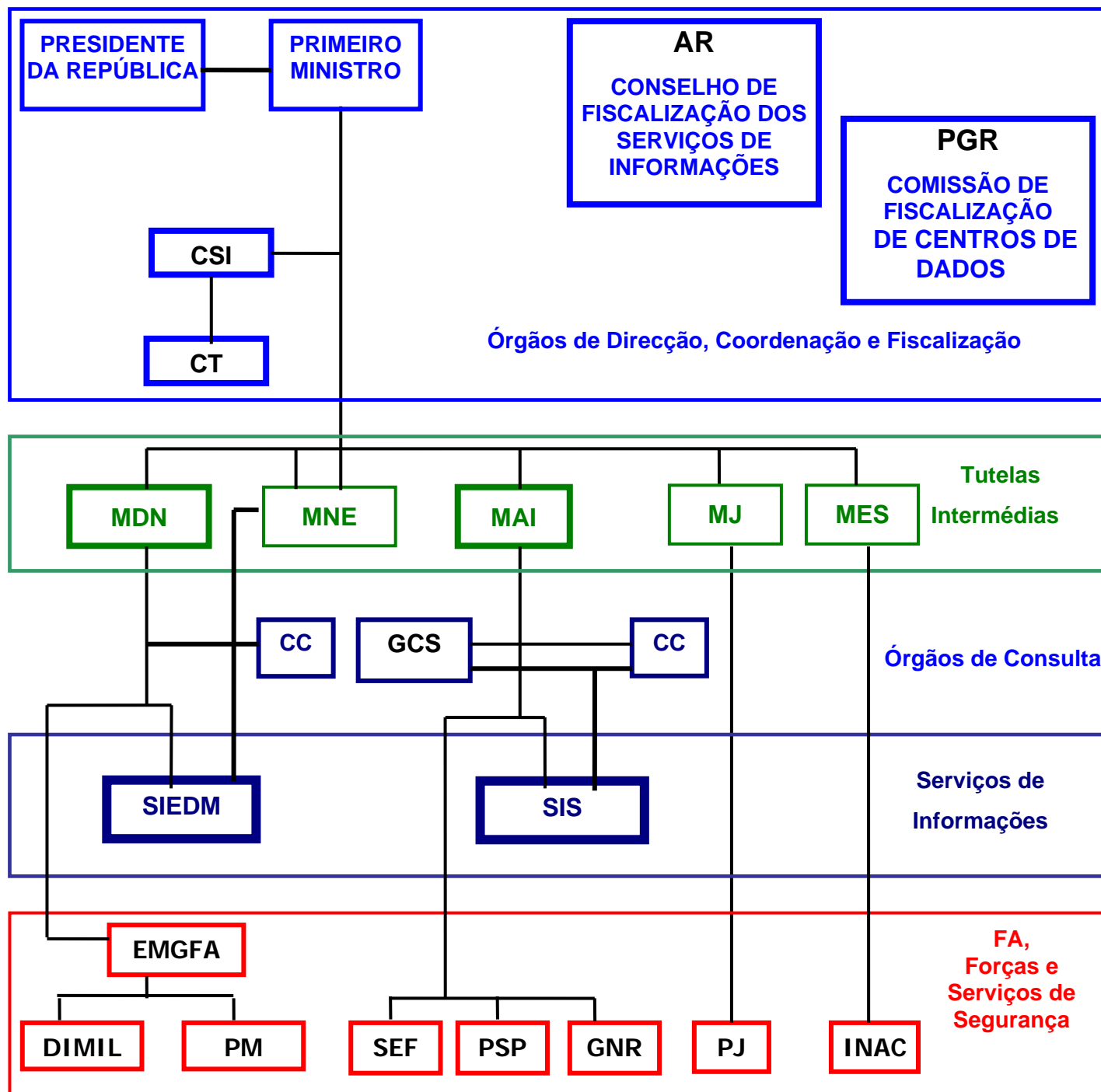
O Conselho Consultivo do MAI tem na sua composição os responsáveis do SIS, PSP, GNR, PJ, SEF e Polícia Marítima.

O Conselho Consultivo do MDN tem na sua composição o Chefe de Estado-Maior General das FA, O Director-Geral de Política de Defesa Nacional, O Director-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios estrangeiros e o Director-Geral e Directores Gerais Adjuntos do SIEDM. Podem também participar outras entidades caso os ministros assim o entendam, e reúne mediante convocação do ministro respectivo.



**ORGANIGRAMA DO SIRP<sup>2</sup>**

(com principais ligações)



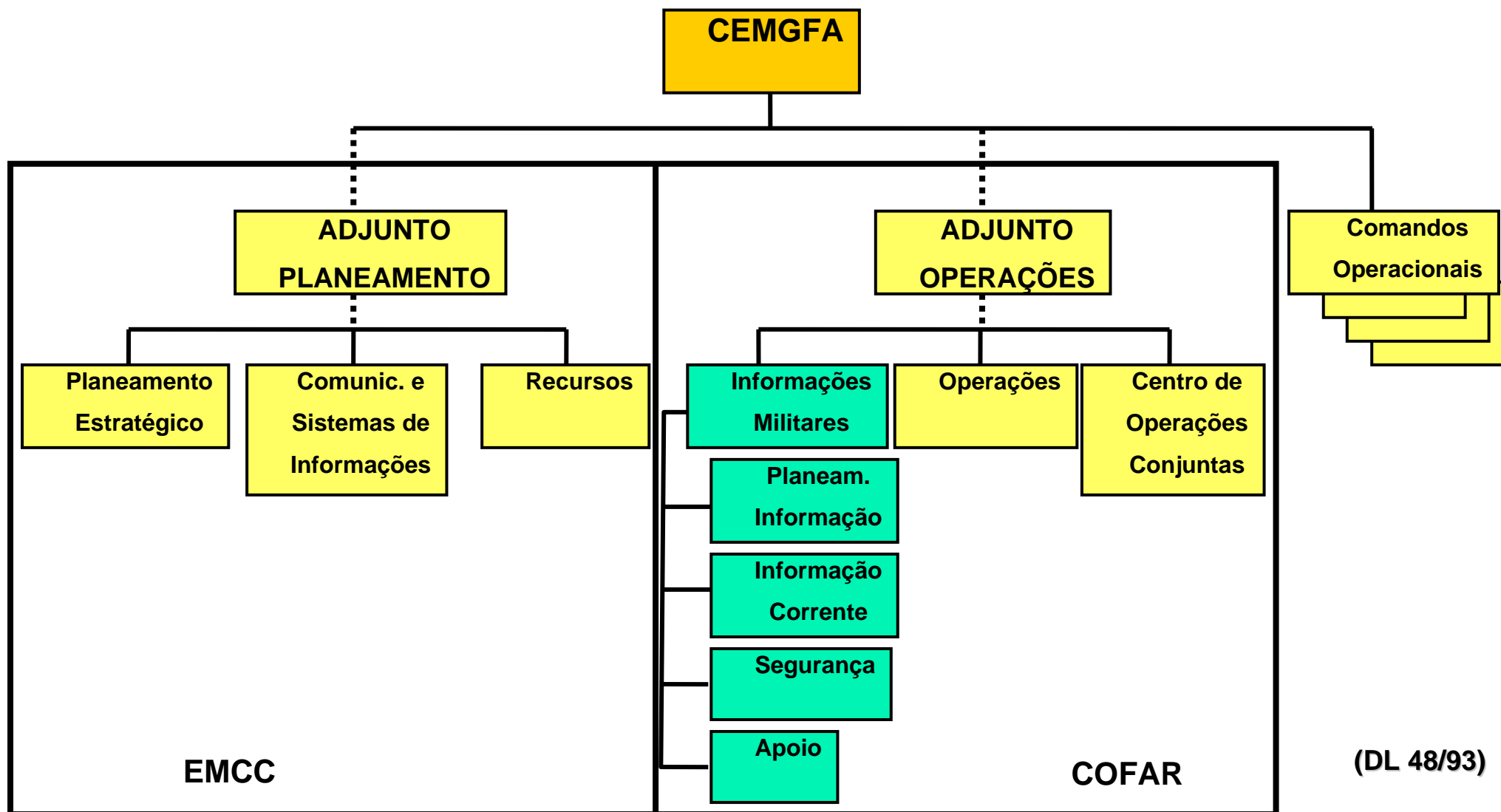
<b>AR</b>	Assembleia da República	<b>MDN</b>	Ministério da Defesa	<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e fronteiras	<b>CT</b>	Comissão Técnica
<b>PGR</b>	Procuradoria Geral da República	<b>MES</b>	Ministério do Equipamento Social	<b>INAC</b>	Instituto Nacional de Aviação Civil	<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>CSI</b>	Conselho Superior de Informações	<b>MJ</b>	Ministério da Justiça	<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana	<b>PM</b>	Polícia Marítima
<b>GCS</b>	Gabinete Coordenador de Segurança	<b>MNE</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros	<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública		
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna	<b>DIMIL</b>	Divisão de Informações Militares	<b>CC</b>	Conselho Consultivo		

<sup>2</sup> Adaptado do Organograma do SIRP elaborado pelo Gen Pedro Cardoso, As Informações em Portugal, Lisboa, s.d.

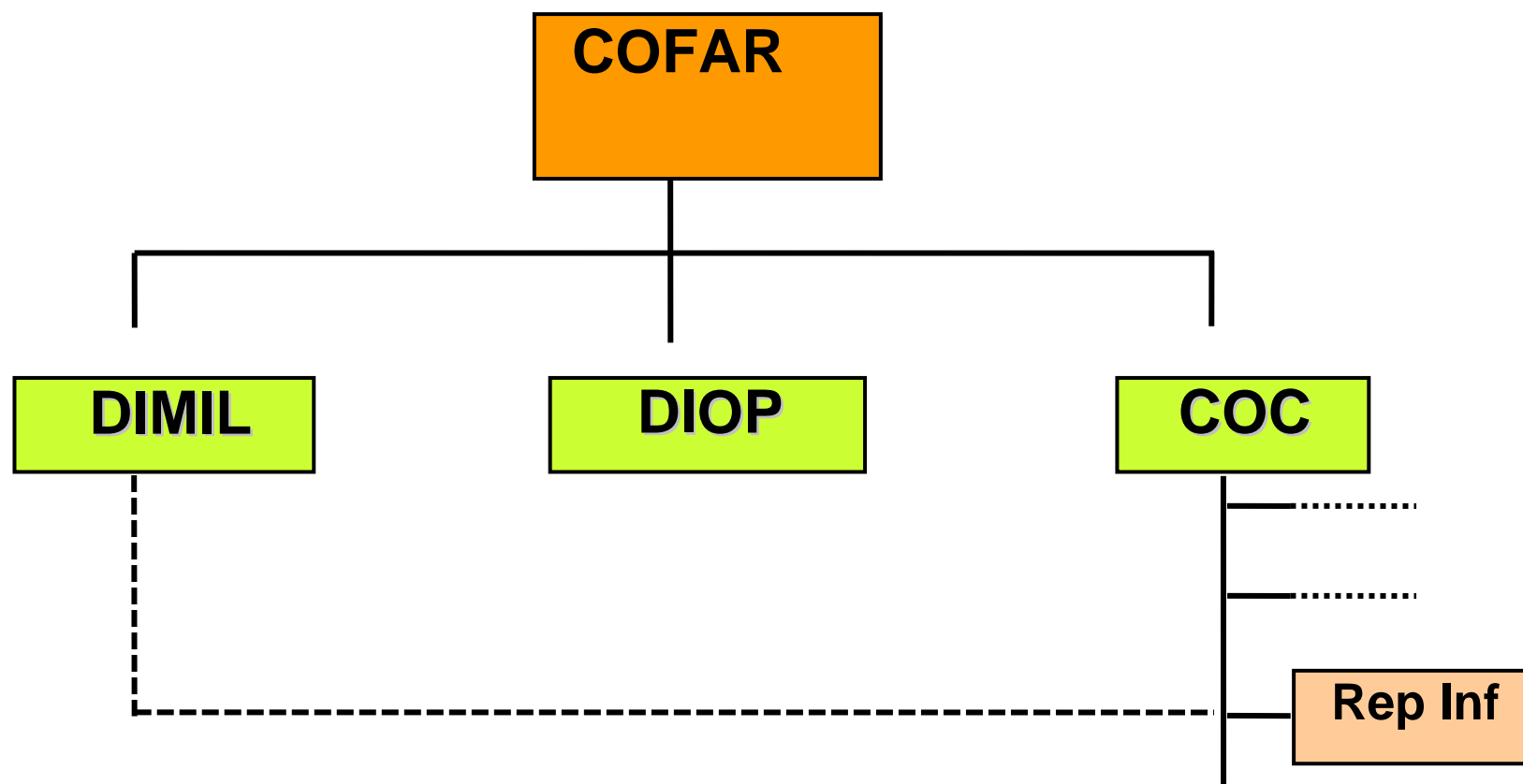


## ANEXO B – REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MILITARES DL N°48/93

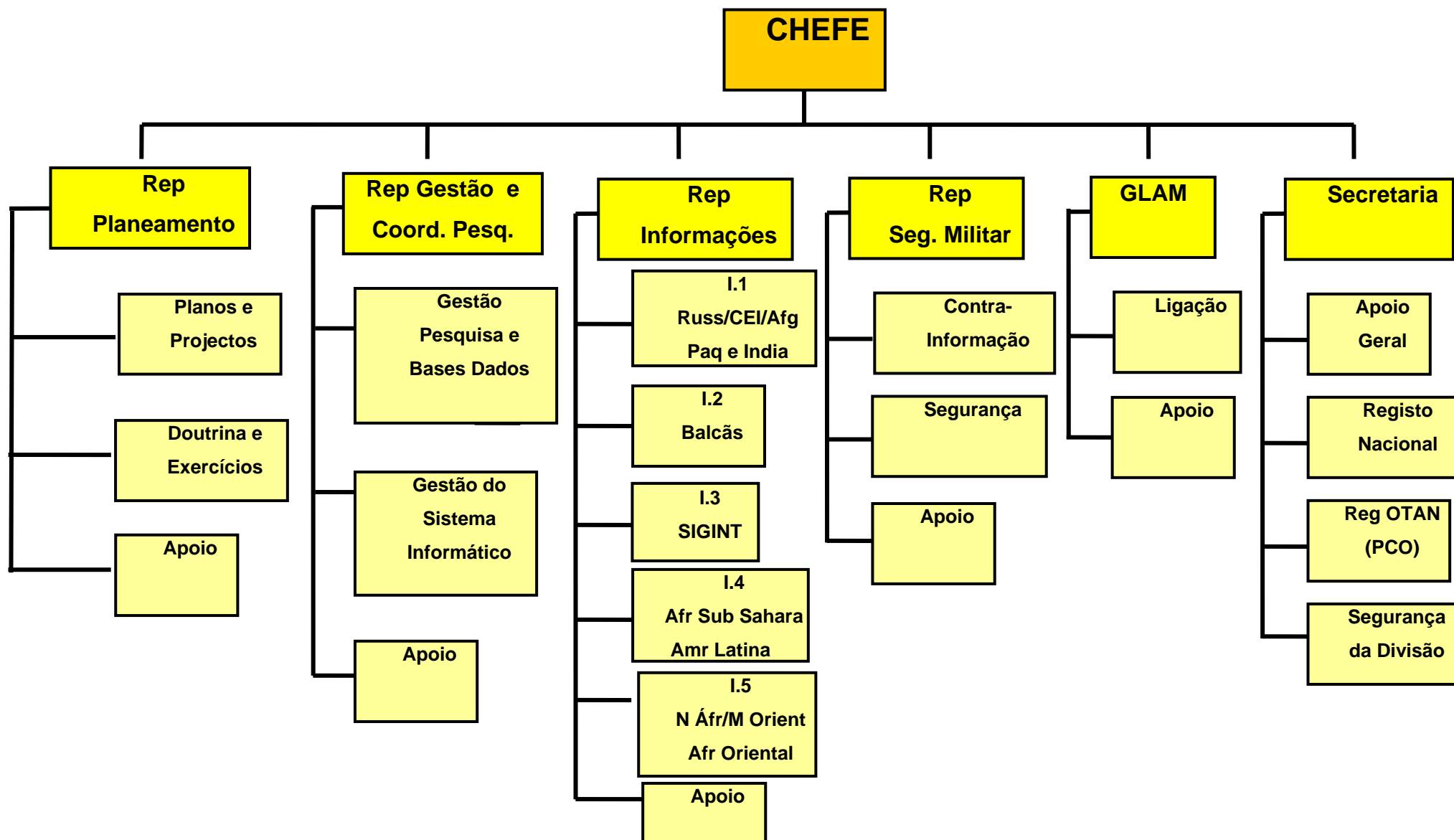
## ORGANIZAÇÃO DO EMGFA



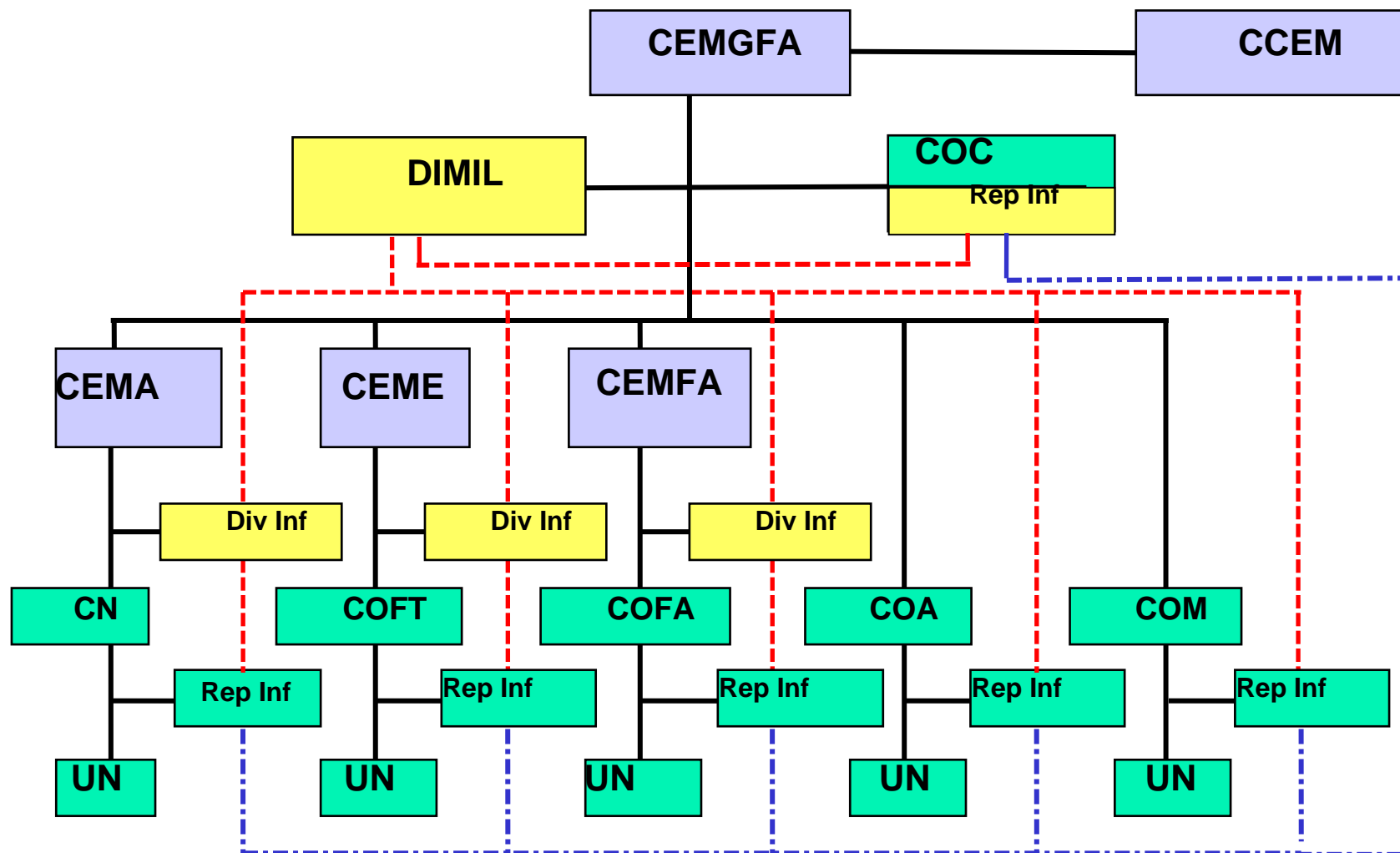
## ANEXO B - REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MILITARES DL N°48/93



## ANEXO C - ORGANOGRAMA DA DIMIL



## ANEXO D - LIGAÇÕES DIMIL COM SIEDM E RAMOS DAS FA



## Legenda:



Coordenação e Ligação Técnica



Informação Operacional

**ANEXO E – Proposta de Organograma da Companhia de Informações Militares**

